



N.º 1

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFETUADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Aos vinte seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, reuniu, pelas vinte horas, a Assembleia Municipal de Évora, em formato telemático (vídeo-conferência), com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **9º Relatório Semestral do plano de Saneamento Financeiro / dezembro de 2020** – Aprovado por maioria, com 18 votos a favor (13 da CDU, 3 do PSD, 1 da Coligação «Afirmar Évora 2017» e 1 do MMPI) e 13 abstenções (do PS);
2. **Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa e Proposta de Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Provisórios / integração do Saldo de Gerência** – Aprovados por unanimidade;
3. **Proposta de alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento**

À parte do acima exposto, o Sr. Presidente da CME prestou informações sobre os seguintes pontos:

4. **Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) – Envio de declarações;**
5. **Informação do Presidente da CME acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente: Carlos Alberto Gião Reforço

1.ª Secretária: Ana Luísa Bragança Boto

2.º Secretário: Bruno Manuel dos Santos Martins

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Ananias Quintano, José Figueira, Paulo Jaleco, Ana Boto, Ana Beatriz Cardoso, Maria Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Nuno Alas, Maria Elmina Lopes, Frederico Carvalho, Carlos Cruz da Cruz (substituí em definitivo o Arqt.º Jorge Silva), Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, Maria da Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, João Canha, Maria Antónia Boeiro, Gertrudes Pastor, Isidro Lobo, José Russo, Jerónimo José, José Piteira, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro, Nuno Cabrita, António Maduro, Joaquim Pimpão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) Sara Dimas Fernandes, Eduardo Luciano (está doente), Alexandre Varela, Elsa Teigão, João Ricardo e António Costa da Silva.

PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Aberta a sessão o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que os primeiros quinze minutos eram destinados ao público, lembrando que os intervenientes só poderiam abordar assuntos, fora do contexto da ordem do dia.

Referiu que o Sr. Liberado e o Sr. Adelino Fonseca pediram para intervir neste período, pelo que os quinze minutos teriam que ser divididos pelas duas intervenções.

De seguida, deu a palavra ao Sr. **Liberado**, que na qualidade de eleito na Junta de Freguesia dos Canaviais e também como cidadão que se preocupa com as questões de segurança e qualidade de vida das populações, não poderia deixar de se referir às ruturas muito frequentes dos esgotos com comprometimento do abastecimento de água.

O Bairro dos Canaviais tem crescido, tem gente boa que não merece o prejuízo de tanta falta de água, nem os prejuízos das principais vias quer de acesso, quer as principais vias de circulação no interior do Bairro. São estas as maiores preocupações que o incomodam e incomodam toda a população do Bairro dos Canaviais.

Estes assuntos teriam que ser presentes à Assembleia e questionar a Câmara Municipal sobre o que pensa realizar de investimento público na Freguesia, e nestes dois grandes problemas que afetam toda a população, já que ao longo dos dois mandatos, nada foi feito na Freguesia, que é muito jovem com altos níveis de produtividade, sem investimentos, pelo contrário, existem as situações referidas que só têm prejudicado toda a população.

A terminar, solicitou informação sobre quais os projetos para a solução do abastecimento de água e para as estradas que referiu além das principais.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por agradecer as questões colocadas, iriam permitir esclarecer algumas situações.

Em primeiro lugar começou por esclarecer, relativamente ao não haver nenhum investimento na Freguesia, são conhecidas as situações que a Câmara Municipal passou durante os anos em que se encontrou na situação de falência técnica, sem capacidade financeira, nem económica, o que originou que muitos dos investimentos necessários, não se puderam fazer, tendo-se refletido em primeiro lugar na rede viária, por não ter outro tipo de financiamentos que não os financiamentos do Município, pelo que as intervenções na rede viária são muito insuficientes para as suas necessidades.

Aquando da aprovação do Orçamento e do Plano foi referido a intervenção para as duas principais ruas dos Canaviais.

Relativamente ao problema da água, como disse, conhece o problema, que não é da água, mas sim da rede de saneamento, que está velha e se parte (como aconteceu hoje). E, quando há uma intervenção da empresa contratada das Águas do Vale do Tejo para fazer a reparação da conduta do esgoto, como a conduta de água passa muito perto da conduta do esgoto, há habitualmente rutura na conduta ou quando o terreno cede, a conduta é afetada.

O problema foi estudado, tendo-se concluído com a Empresa Águas Vale do Tejo, que a solução passa pela substituição na íntegra de toda a conduta. Não há reparação possível. Ao substituir a conduta de



esgoto, a Câmara propôs que fosse também substituída toda a conduta de água, o que foi aceite. O projeto está a ser elaborado pelas Águas do Vale do Tejo, prevendo-se a sua conclusão durante o mês de fevereiro. E, hoje mesmo, o Sr. Eng.º Sardinha comunicou que o projeto está concluído, será enviado para a Câmara na próxima semana, de forma que a Câmara tome conhecimento do projeto, e que está em preparação o lançamento do concurso para o próximo mês de março, de forma a antecipar o que for possível.

Em todo o concelho e também na Freguesia dos Canaviais foram substituídas todas as luminárias de iluminação pública, num investimento muito significativo, que para além do próprio investimento, é também um contributo para a melhoria do ambiente face aos custos nesta área.

Lembrou que no início do anterior mandato, junto à escola dos Canaviais, havia inundações com frequência bem como um conjunto de casas que também ficavam inundadas quando chovia. A Câmara fez um investimento de correção nesse local de forma a evitar as inundações. Concordou que o investimento que a Freguesia dos Canaviais merecia não tem havido, como no resto do Concelho também não tem havido o investimento necessário. Não foi culpa do Município, pois a pouco e pouco, mediante a recuperação das finanças do Município, o possível tem sido feito.

Na sequência da intervenção do Sr. Liberado, o Sr. **Jerónimo José** agradeceu a intervenção tendo em conta que está perfeitamente identificado com toda a problemática que a Freguesia dos Canaviais tem vivido ao longo dos últimos 8 anos. Até porque durante 4 anos fizeram os dois parte do Executivo, e desde que eleito na Assembleia tem acompanhado toda a temática e preocupação. Aproveitou para agradecer a intervenção que reforçou a posição da Junta de Freguesia para uma situação que já foi alertada há 10/12, que com o crescimento da Freguesia, se nada fosse feito, era expectável que acontecesse o que aconteceu ultimamente.

Afirmou, ficar sempre muito sensibilizado, com as intervenções do Sr. Presidente da Câmara, compreende, mas passados 8 anos e ao propor-se para resolver os problemas de Évora, os Canaviais estavam incluídos, está convencido que se nos 8 anos passados se tivesse havido um pouco mais de empenho, poderia, eventualmente antecipar-se o que está para chegar, a abertura do concurso público. Foi necessária uma tomada de posição com a bancada da Assembleia que compõe o PS, PSD e a CDU, por unanimidade, em 2016. Em Maio de 2020 enviou um ofício ao Presidente da Câmara que ainda aguarda resposta em que pedia acesso ao processo, porque as pessoas dos Canaviais tinham direito a conhecer o processo, sendo a Câmara uma entidade pública, a partir do momento que toma decisões sobre processos públicos, não secretos. A Freguesia dos Canaviais deveria ter acesso ao processo, que foi solicitado em 17 de abril de 2020 e nem sequer uma resposta.

Chegados a este ponto, os fregueses dos Canaviais estoicamente têm aguentado até ao limite. De momento, já está para lá de todos os limites admissíveis que as pessoas continuem a suportar. Considerou que o mínimo seria garantir, embora tenha sido distribuído pela CDU, nos Canaviais um folheto onde era referido que no final do ano de 2020 estaria resolvido o problema, quando era do conhecimento de todos que o concurso público durará no mínimo 6 a 8 meses e a obra e todo o processo desde a adjudicação até à obra não demora menos que 2 anos, a estar resolvida em toda a dimensão e necessidade.

O seu pedido de acesso aos documentos era apenas no sentido de clarificar a situação de vez. É lógico que há dificuldades financeiras, mas também é verdade que houve opções por parte do Município. Há pouco tempo viu uma opção, 3 candidaturas para 3 Centros de Convívio, que custa meio milhão de euros cada um. A obra dos Canaviais está lançada em um milhão e duzentos mil euros realizada essencialmente pela Câmara e uma empresa que tem a concessão. Não coloca em causa as opções, porque no momento a sua preocupação prende-se com a resolução do problema, e o Sr. Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

propôs-se vir para Évora resolver os problemas da cidade, apresentou-se uma pessoa com elevada experiência. Não duvida, mas o facto é que no dia a dia e o impacto nas vidas de cada um enquanto comunidade, não só continuam com o problema que já existia, sendo que o mesmo se agravou substancialmente.

Se neste momento fosse aos Canaviais, encontrava seis cortes e estrangulamentos de estrada. Na entrada da rotunda, há mais de 3 semanas, um estrangulamento que obriga a circulação num só sentido, em contramão.

Já percebeu que o Sr. Presidente tem sempre justificação para tudo e alguém a quem imputar responsabilidades, mas já é tempo de assumir algumas das suas próprias responsabilidades.

Atualmente é insuportável o que se vive nos Canaviais. Só quem passa diariamente nas estradas já referidas é que entende o sacrifício das pessoas. Além dos danos nas viaturas, são os constantes cortes de água a toda a hora quer ao levantar, quer a qualquer hora do dia. Não há água para higiene, nem para a preparação de alimentos, nem sequer para beber.

O Sr. **José Maria Figueira** interveio para interpelar a Mesa porque o munícipe colocou as questões que foram respondidas pelo Sr. Presidente. Era esperado que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia também respondesse ao munícipe.

Mas o que aconteceu, foi uma intervenção política de questionamento e observações, que estão desajustados do período.

O Sr. **José Russo** começou por afirmar a sua estupefação perante a intervenção do Sr. Jerónimo José, pelo que perguntou se a obra não era da responsabilidade da empresa Águas do Centro Alentejo, e se o negócio não foi feito pela Câmara do PS. Não percebeu do que se estava a falar, quais eram as responsabilidades. Pareceu-lhe que uns sabiam tudo, e outros não sabiam nada.

Afirmou ser espantoso uma intervenção como a que ouviu a propósito desta situação.

A responsabilidade tem que ser reclamada a quem a tem, e não esgrimir factos que não têm cabimento na questão.

O Sr. **João Simas** interveio para exprimir o seguinte ponto à Mesa, que este período é para o público falar, colocar questões e não para intervenções políticas que repetem o que tem sido repetido há uma série de anos com os argumentos de todos conhecidos.

Este período não pode ser aproveitado para membros da Assembleia Municipal dizerem o que querem, sob pena de não serem discutidos os problemas da sessão que convocou os membros da Assembleia.

O Sr. **Bruno Martins** interveio no sentido de deixar clara a posição do BE, embora sendo membro da Mesa, não podia deixar de repudiar a intervenção. Acredita que o aproximar das eleições autárquicas irão aparecer números muito feios. O Bloco de Esquerda não se revê numa política feita em cima das eleições, utilizando o período de participação do público para fazer intervenções políticas que parecem ensaiadas, é de repudiar, além de ser uma falta de respeito para com a população dos Canaviais, que merece todo o respeito e o apoio do BE perante a situação dramática que vivem relativamente à situação da água. Mas com uma intervenção de um munícipe de 1m50s seguida de uma intervenção do Presidente da Junta de mais de 15 minutos, é desvirtuar todo o sentido do Regimento. Esse período deve existir para os eleitos responderem aos munícipes e não para intervenções políticas.

Assim, o BE responde ao munícipe que está totalmente solidário com a população dos Canaviais, mas não utilizando este tipo de manobras para fazer política feia, quase a roçar a desonestidade intelectual.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Nuno Alas** interveio para afirmar que o assunto levantado preocupava os eborenses e particularmente os habitantes da freguesia dos Canaviais, mas que era necessário ter o discernimento necessário para perceber que em altura de eleições são motivo de campanha política, até porque, tem havido acordos para conseguir viabilizar orçamentos e em cima da hora esta questão é levantada.

Da parte do PSD será apresentado um pedido ao Sr. Presidente da Câmara, para que em breve, no mês de março possam reunir com o Executivo Municipal, com o responsável pelas Águas de Portugal, ou um seu representante, e com o Executivo da Junta de Freguesia e os outros Partidos com assento na Assembleia Municipal, se assim o entenderem, para fazerem uma visita com verificação técnica no local, para que fiquem conhecedores do decorrer das obras, e dos problemas em concreto e no local consigam em conjunto encontrar as melhores soluções que vão de encontro às necessidades da população.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir o enquadramento desajustado das questões levantadas, que são penalizadoras da Freguesia dos Canaviais.

Em primeiro lugar esclareceu que quem é o proprietário da conduta são as Águas de Vale do Tejo, quem faz a obra e lança o concurso, não é a Câmara Municipal de Évora, pelo que não é possível pedir à Câmara documentos e processos, que são das Águas do Vale do Tejo.

A Câmara o que faz é acompanhar e fazer propostas que no caso concreto foi que ao substituírem a conduta de esgotos (porque está a partir a conduta da água), substituírem também a conduta da água.

A situação está a andar e acordada como informou a anterior sessão da Assembleia Municipal.

Deixou apenas a nota para não prolongar de forma inadequada a intervenção do Sr. Liberado.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** no período destinado ao público, denunciando alguns constrangimentos no atendimento ao público, por parte dos serviços da autarquia, após a sua deslocação, para tentar assuntos pessoais.

O Sr. **José Russo** interveio apenas para deixar o testemunho que foi duas vezes ao serviço que o Sr. Adelino Fonseca relatou, não lhe tendo acontecido nada semelhante ao que relatou. Pelo contrário, foi atendido com a normalidade com que é atendido nos outros serviços.

Também a Sra. **Clara Grácio** interveio para lembrar que o período reservado ao público, destina-se a isso mesmo, ao público, para colocar questões que considere pertinentes, de forma que sejam respondidas com celeridade.

Neste sentido solicitou à Mesa, lembrando que a sessão iniciou de uma forma menos correta no que respeita ao público.

È necessário respeitar o tempo dos munícipes, para questões concretas e não para questões políticas, questões de intenção ou qualquer outra que devam ser colocadas, mas que o local não é este.

Desta forma solicitou que a Mesa fizesse esse trabalho. É necessário iniciar a Assembleia de forma rápida, há assuntos muito importantes para resolver. O período do público tem somente a função que referiu.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** apelou de seguida aos membros da Assembleia para que tenham em consideração os pontos referidos.

O Sr. **Adelino Fonseca** voltou a intervir para responder aos Sr. José Russo que não dúvida que tenha sido bem atendido. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Limitou-se a contar o que aconteceu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

consigo, que lhe desagradou enquanto munícipe e enquanto usurário do serviço público e pela consciência que tem do serviço público, que não foi uma boa prestação de serviço público.

Em resposta à Dra. Clara Grácio, sua colega na Assembleia, que a questão que apresentou é concreta, não tem nada escondido sob o ponto de vista político.

Fez perguntas concretas para ter respostas concretas.

Tendo em conta as questões colocadas, o Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que entendeu ter respondido de forma clara às questões que lhe colocou, nomeadamente ao dizer que não são as orientações dadas pelo próprio Presidente dá aos serviços, vai averiguar a situação.

Não foi por falta de respeito, pelo contrário, com imenso respeito quer ao Dr. Adelino Fonseca quer às pessoas que não estão presentes e têm o direito ao contraditório, e que têm uma forma diferente de ver a situação. Não era duvidar do que o Dr. Adelino dizia, era duvidar de quem tem direito a expressar uma opinião diferente da situação. Se correu mal, obviamente tem que ser corrigido e colocar o serviço público a funcionar.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJETO DE ATAS

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à ponderação do plenário os projetos de atas abaixo indicadas, sendo de salientar que o texto dos mesmos foi previamente distribuído por todos os membros, os quais convencionaram a dispensa da sua leitura

a ata n.º 7 de 28 de dezembro de 2018, perguntou se havia correções a assinalar

- Nº. 7 DA SESSÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018

O Sr. **Adelino Fonseca** perguntou se ninguém fazia a leitura das atas após a sua transcrição, para que se apresentem de forma mais correta, na construção das frases.

As atas que estão a ser aprovadas são de dezembro de 2018 e julho de 2019. Garantiu que as atas do mandato serão todas aprovadas no próprio mandato.

Aprovava as atas, mas solicitava que as próximas, alguém as lesse, para corrigir apenas a construção das frases.

O Sr. **Presidente da Assembleia** garantiu que as atas estariam em dia no final do mandato. Lembrou, entretanto, que o processo de pessoal na Assembleia Municipal teve algumas atribuições, o que causou o atraso na elaboração das atas.

Não se registando mais pedidos de palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia** passou à votação da ata n.º 7, referente à sessão de 28 de dezembro de 2018 sem deixar de lembrar que só podiam votar os membros que tinham estado presentes, nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Novo Código do Procedimento Administrativo.



Após a concretização do ato em apreço, a Mesa apurou uma aprovação por unanimidade, não participando na deliberação **7** dos **33** membros. Presentes na sessão.

- Nº. 5 DA SESSÃO DE 20 DE JULHO DE 2019

Não se registando mais pedidos de palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia** passou à votação da ata nº5, referente à sessão de 20 de julho de 2019 sem deixar de lembrar que só podiam votar os membros que tinham estado presentes, nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Novo Código do Procedimento Administrativo.

Após a concretização do ato em apreço, a Mesa apurou uma aprovação por unanimidade, não participando na deliberação **7** dos **33** membros presentes na sessão.

O Sr. **Frederico Carvalho** interveio, para confirmar se as atas aprovadas eram n.º 5 e n.º 7, esclarecendo o Sr. Presidente da Assembleia que sim. Mas de anos diferentes, o que significava que têm sido aprovadas, alternadas.

O Sr. **José Maria Figueira** apresentou a seguinte declaração política sobre o Plano de Recuperação e Resiliência que o Governo acabou de colocar a discussão pública até dia 1 de março, depois do imperativo colocado pela Comissão Europeia.

Tendo em conta o seu conteúdo e o que vai sendo apresentado, consideram que o PRR, está longe de poder ser considerado uma chamada “bazuca”.

O valor de treze mil novecentos e quarenta e quatro milhões em subvenções e dois mil cento e noventa e nove milhões em empréstimos, ainda que em quadros financeiramente o atual e enquadre o atual quadro financeiro plurianual.

A grande centralidade que está a ser dada pelo governo ao PRR é inseparável dos baixos níveis de investimento que têm sido registados no nosso país, sobretudo, da ausência de investimento para lá do que se alcança por via dos Fundos Comunitários.

Assim, analisando a presente proposta e a entregue a 15 de outubro/2020 na Comissão Europeia, torna-se evidente a necessidade de saber assegurada uma decisão soberano do País na utilização dos fundos do PRR, sem qualquer tipo de condicionamento ou limitação.

A sua afetação às estruturas europeias e da administração e empresas públicas, em detrimento da sua transferência para os grandes grupos económicos.

A superação dos déficits estruturais da economia nacional promovendo a substituição de importações por produção nacional, a valorização dos salários e a criação de empregos com direitos, matéria ausente do chamado PRS. A rejeição de políticas que em nome da descarbonização se traduzem na destruição da capacidade produtiva instalada, a rejeição de políticas em nome da transição digital que se traduzem na degradação do ensino, o acesso a cuidados de saúde, o acesso aos serviços públicos.

A assunção do papel central do estado em matérias como a rede de equipamentos sociais, científicos a capacidade científica nacional, a gestão de infraestruturas e meios de transporte. A não autolimitação do País a estes recursos da mobilização para a dinamização do investimento público, a sua não contabilização no aumento da dívida pública nacional.

Observando o PRR, as suas dimensões e pilares estratégicos que integram as mesmas, verifica-se no que respeita aos investimentos propostos, particularmente na dimensão “Resiliência”, que representa 61% do PRR. Ainda que surjam preocupações, com as áreas da saúde, da habitação, equipamentos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

apoios sociais aos jovens estudantes bem como a melhoria das infraestruturas rodoviárias e nas florestas, este PRR, não contribui para o desenvolvimento do interior de Portugal.

Não contribui para a valorização do trabalho e dos trabalhadores, acentua a discriminação negativa, a que o Alentejo e o Distrito de Évora têm sido votados nas últimas décadas, tendo como consequências a perda significativa de população.

O Alentejo, é tão só contemplado, com quatro projetos de infraestrutura rodoviárias relacionadas com a IP2 e IP8, dois de acessibilidades rodoviárias a zonas e parques industriais, Aljustrel e Portalegre e ainda a Barragem do Pisão no Crato.

Alguns destes projetos reivindicados há décadas por populações e autarquias, abandonados pelos governos PSD/CDS e PS, ainda que possam criar emprego temporário, muitas vezes precário, procuram esconder o facto do PRR não ter qualquer preocupação com a valorização do trabalho dos trabalhadores, quando aponta como meta do salário mínimo nacional o valor de setecentos e cinquenta euros para 2023.

Igualmente, no Desenvolvimento da Coesão Territorial da Economia, o PRR deixa para trás questões como o combate à crise demográfica do Alentejo e do Interior do País. O Ordenamento do Território do Desenvolvimento Cultural e Social, bem como projetos considerados estruturantes para a região e para o distrito de Évora, a par de ausência de propostas de investimento de apoio à pequena agricultura familiar, às micro e pequenas empresas do comércio e restauração, turismo e serviços, não são considerados nos investimentos apresentados, quando as mesmas representam mais de 90% do tecido económico.

Neste quadro, no que respeita ao concelho de Évora, o PRR apenas identifica um projeto, a conclusão do traçado do IP2 variante nascente em Évora, abandonado ao longo dos últimos anos pelo governo PSD/CDS e PS.

Não sendo suficientemente claro, se no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, está considerada a estratégia local de habitação do concelho de Évora, a qual foi aprovada pela Câmara e Assembleia Municipal e mereceu Acordo Escrito do IHRU.

Em face do exposto e ainda que em algumas áreas as medidas proposta no PRR possam contribuir para alavancar a saída da crise em consequência da pandemia do COVID-19, existem insuficiências em torno da valorização dos trabalhadores, na coesão territorial, no apoio à pequena economia nas áreas da agricultura, indústria, comércio, restauração, turismo e serviços e a inexistência no que respeita ao Alentejo e ao distrito de Évora em medidas e projetos capazes de contribuir no combate à desertificação e à fixação de população jovem e à inversão da crise demográfica que assola a região. Terminada a declaração política, referiu que o texto integral, ficava em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Após a declaração política o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para lembrar que não seria submetida a votação, mas que poderia ser alvo de intervenções. Não se verificando nenhuma intervenção, aproveitou para informar, tendo em conta o formato da reunião não haveria lugar a senhas de presença. Com base na folha de presenças, a Mesa faria chegar uma informação aos Serviços Municipais, servindo de base para processar as senhas de participação na sessão.

Na continuação dos trabalhos o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de uma moção, oriunda da bancada da CDU, intitulada **Subsídio de Insalubridade e Penosidade para Todos os Trabalhadores da Administração Pública Local com Funções de Risco para a Saúde** passando o Sr. José Maria Figueira, a apresentar a moção, que fica, em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante



Não se registando pedidos de palavra o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração da Assembleia, em relação à votação, a proposta de que os líderes das bancadas, sobretudo as mais numerosas, dariam a indicação de voto, perguntando a Mesa aos restantes membros que integram essas bancadas se têm voto divergente do voto do líder. Considerou que seria uma forma de fazer avançar os trabalhos com mais celeridade.

O Sr. **João Canha** interveio para referir que a moção apresentada pela CDU era reveladora de uma intencionalidade importante. Que no momento faria um requerimento ao Sr. Presidente da Mesa exatamente, para que junto do Sr. Presidente da Câmara, sejam aclaradas algumas coisas.

Todos ficam felizes que uma medida que beneficia os trabalhadores do Município, e que a Câmara tem intenção de executar, é de saudar e louvar, pelo que se congratulam nessa dimensão. Acima de tudo a dignidade pela compensação pelo especial risco das pessoas que trabalham para o bem-estar do Município, esteja devidamente assegurado.

No entanto levantaram-se algumas dúvidas que entendem, devem ser esclarecidas, a bem da transparência, da verdade e da democracia porque todos são eleitos na Assembleia, e de que todos são guardiões no território concelhio.

Na primeira questão, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia para remeter ao Sr. Presidente da Câmara, para obter uma resposta por escrito, referente ao anúncio e difusão no passado dia 8 de fevereiro, sobre a medida de atribuição aos trabalhadores, do subsídio de risco e penosidade, se a mesma, já estava devidamente aprovada, em sede de Câmara Municipal e quantos trabalhadores serão efetivamente abrangidos e quais as categorias profissionais.

Perguntou, se estava claro que a medida não iria implicar injustiça, perante outros funcionários públicos com carreiras profissionais mais longas, cuja folha salarial ficará menor que a dos colegas mais recentemente integrados. Ou, será pago, como suplemento ao salário, automaticamente atribuído pela categoria profissional dos trabalhadores. Ou, mediante avaliação diária, ou outra periodicidade sobre as tarefas desenvolvidas.

Qual o impacto orçamental desta medida, e se esses montantes vão implicar um orçamento rectificativo a ser apresentado à Assembleia Municipal.

Tendo o Sr. José Maria Figueira referido que segundo a lei e o enquadramento de lei, gostava de saber, se está claro que a legislação não está devidamente a permitir este tipo de aplicação.

Ao Sr. José Figueira, à bancada da CDU, afirmou que o PS se congratula com tudo que for em benefício dos trabalhadores da Câmara, mas parece que num ano particularmente difícil, em que o esforço do município no combate aos impactos sociais e económicos do COVID-19, parecem não ter sido devidamente acolhidos pelo Executivo Camarário, que só tem atuado e decidido a reboque das medidas e financiamentos disponibilizados pelo Estado Central, numa atitude de passividade e de criatividade confrangedoras. Mas, que é também um ano eleitoral, a imagem do Presidente nas instalações do Estaleiro Municipal a anunciar uma medida política compensatória do especial esforço dos trabalhadores municipais, pareceu-nos merecer toda a aclaração possível.

Assim, independentemente da bondade da medida, pensam não acompanhar a congratulação sem ter as dúvidas referidas, devidamente esclarecidas.

Seguiu-se nova intervenção do Sr. **José Maria Figueira** para perguntar ao Sr. João Canha, Membro da Assembleia Municipal, se está a favor ou contra a aplicação do suplemento de Insalubridade e Penosidade aos Trabalhadores da Administração Local.



O Sr. **Nuno Alas** interveio para referir que a bancada do PSD iria acompanhar a moção, porque acima de tudo, alguma compensação quando é feita, às pessoas que pelas suas funções estão expostas a penosidade e insalubridade, que lhes podem provocar um conjunto de limitações, embora mantenham o risco, será uma compensação pelo risco que essas pessoas passam, sendo a razão do voto favorável do PSD.

O Sr. **João Canha** voltou a intervir para em primeiro lugar afirmar que o PS acompanha tudo que seja em benefício dos trabalhadores do município, não se deixando levar, por um truque de linguagem que dá a entender, que por terem dúvidas em relação a algumas das coisas que foram colocadas, o Sr. José Figueira diga que o PS é contra o subsídio de risco e penosidade.

Quando foi anunciado, já estava aprovado em sede de Câmara Municipal. Pode ser anunciado e de imediato ser propalado pelo órgão noticioso da Câmara Municipal “Notícias Évora”. A questão, é que em nome da democracia e da transparência, é necessário perceber, se se está a pugnar pelos interesses pela compensação e pela minimização do risco e da penosidade dos trabalhadores, ou se está a fazer algo que depois, até sob o ponto de vista legal, não se irá acusar alguém de não ter cumprido

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pela CDU, **Insalubridade e Penosidade para Todos os Trabalhadores da Administração Pública Local com Funções de Risco para a Saúde**, foi aprovado, por unanimidade, com 33 presenças na sala.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de mais uma moção, vinda da CDU com o título, **Apoiar o Associativismo Cultural, Social e Desportivo uma Urgência em Tempos do Surto Epidémico COVID-19**, sendo a mesma apresentada, pelo Sr. José Maria Figueira, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Nuno Alas** começou por referir que no final as recomendações são bem diferentes, nomeadamente quando é dito “...a Assembleia Municipal recomenda ou exalta o Ministério da Cultura e da Presidência, e a Secretaria de Estado do Desporto de que a prática é desejável bem como o convívio e o lazer, tendo em conta a prática desportiva na saúde mental das pessoas”. Acredita que todas as pessoas concordam com estas afirmações, mas o que é verdade é que face ao estado de emergência, e segundo as regras determinadas, foram as melhores medidas para tentar conter a pandemia.

Entendem que a moção da CDU de qualquer forma, apesar do reconhecimento e da concordância com o que foi dito, no momento é impossível promover o regresso gradual ao público, à prática desportiva, mesmo sabendo todos, o quanto é importante para a saúde física e mental. No entanto, não existem ainda as condições ideais para voltar atrás: Só quando as autoridades de saúde pública considerarem que existem condições, para que o regresso á normalidade, não faça piorar a saúde dos portugueses. Terminou afirmando que iriam votar favoravelmente por se tratar de uma moção bem-intencionada, embora coloque um conjunto de premissas que não serão para já concretizadas.

O Sr. **Adelino Fonseca** considerou a moção importante, que merecia ser aprovada, mas sobre a qual tinha algumas dúvidas, que gostava de ver esclarecidas.

Em dado momento o subscritor da moção diz que, *para além dos apoios do estado, que estão a ser distribuídos pelas autarquias locais do concelho*, deve estar a referir-se à Autarquia de Évora.



Lembrou que saiu um artigo no Diário do Sul certamente promovido pela Câmara Municipal, sobre a pandemia do COVID-19, com o título é “Município de Évora anuncia medidas de apoio à Economia Local para 2021”. Não vê na publicação nenhuma referência à economia em especial. Vê a transcrição do que foi aprovado no Plano de Atividades e Orçamento 2021, que de uma ou outra forma está na sua totalidade transcrito. Mas a economia social foi esquecida quer no artigo quer no Plano de Atividades 2021. Como é óbvio, as limitações que assolam o governo também assolam o Município de Évora.

Solicitou então que o Sr. Presidente da Câmara, independentemente do sentido de votação da moção, que indicou ser favorável, indicasse quais os apoios atribuídos à economia social ou que tem premissas a atribuir em 2021, porque a constar do artigo e do que consta no Plano de Orçamento e Atividades não encontrou nada.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Bruno Martins** que começou por afirmar que o BE iria votar favoravelmente a moção.

Apenas iria lembrar duas coisas, a primeira, o Executivo está no poder já alguns anos e que nem um Regulamento de Apoio ao Associativismo conseguiu fazer aprovar, pelo que se deve começar por arrumar a casa, com formas de apoio ao movimento associativo transparentes e claras para se poder criticar o governo, que merece ser criticado.

Em segundo lugar, lembrou, uma vez que se fala de desporto, que vive num concelho, capital de distrito, que não tem um pavilhão desportivo municipal.

É seu entendimento que se deve pugnar para que os Ministérios da Cultura, do Trabalho, a Secretaria de Estado do Desporto, sejam mais interventivas, apresentem mais financiamento para a região nas áreas do Movimento Associativo que tanta falta faz à população, sem esquecer que dentro das competências municipais muito há a fazer no sentido de apoiar o Associativismo Cultura, Social e Desportivo, que tem sido votado a algum abandono nos últimos anos.

O Sr. **João Canha** voltou a intervir afirmando que não precisava de sair em defesa da moção apresentada pela CDU, mas que, independentemente de se poder ou não retomar já a atividade desportiva, as Associações continuam a ater diariamente despesas, pelo que o apoio é necessário. Sendo a sua questão sobre quais são os apoios em termos locais, concelhios que a autarquia tem proporcionado ou tem previsto proporcionar a essas Associações.

Terminou a intervenção com a perguntar, como o vai ser feito, qual o regulamento que vai ser aplicado, se não existe um Regulamento de apoio ao Movimento Associativo.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **José Russo** para deixar a nota de que as Juntas de Freguesia também são uma “Autarquia Local”, de acordo com o quadro constitucional existente em Portugal.

Aproveitou para se congratular com o sentido de voto, pronunciado pelas várias forças políticas e informar que a sua Freguesia tem tido a atenção e cuidado, dentro das suas capacidades, no contexto da pandemia, que impõe outro tipo de apoios, ao reclamar-se a necessidade do Estado ter em conta o quadro em que é necessário um apoio especial para ajudar as Associações. É um facto o que referiu o Sr. João Canha, as atividades existem, mas as Associações se não forem ajudadas, vão fechar, porque não pagam luz, renda, água, finanças, por um conjunto de responsabilidades que têm e não conseguem cumprir.

Se não forem ajudadas corre-se o risco, quando a pandemia acabar, não haver mais, Movimento Associativo.



Também na área especial tem havido da parte das Freguesias o cuidado de poder contribuir com alguns apoios, como os Bombeiros e a Associação Pão e Paz.

O Sr. **Frederico Carvalho** começou por dizer que a Coligação Afirmar Évora se revia em grande parte no texto da moção apresentada, concordando também com a intervenção do Sr. Presidente da Freguesia da Malagueira de que há Associações que vivem com grandes dificuldades.

Há algumas semanas, estiveram numa Associação histórica secular da cidade, que passou por diversas dificuldades, tendo inclusivamente que fazer um apelo público para angariação de fundos de forma a manter-se.

Obviamente, que concordam com a iniciativa, não podendo, como o Sr. Nuno Alas colocou, condicionar as opiniões técnicas relativamente às questões ideológicas do País. É óbvio que é fundamental resolver e dotar as Associações de vitalidade, funcionalidade, mas sobretudo de recursos financeiros para que possam sobreviver, mas tendo em conta a situação de pandemia que se vive, não se pode acelerar nada porque a situação pode novamente agravar-se.

Acode a exigência ao poder central, ao governo que está na liderança para que possa de uma vez por todas apoiar substantiva e efetivamente, com recursos financeiros todas as entidades, seja na área económica, social, cultura e desportiva, que estão a padecer de enormes necessidades.

Votarão favoravelmente a moção, deixando um apelo à bancada da CDU, que tem relações naturais e privilegiadas com o Executivo, que em próximas negociações, puxe dos galões, e consiga que a cultura, não seja um parente pobre em orçamentos do governo.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Presidente da Câmara** para tecer alguns comentários rápidos, começando por recordar que foi incluído nas Opções do Plano e Orçamento e consta do Relatório um Plano de Emergência COVID, que contém as principais medidas e programas, por setores de atividade, que pode ser consultado a qualquer momento.

Finalmente, foi possível poder atribuir subsídios financeiros e o compromisso do Município, era assinalar o seu reinício, depois de 10 anos terem sido suspensos face à situação de desequilíbrio financeiro estrutural que o governo declarou para a Câmara de Évora, Foi retomado o ano passado, com a associação emblemática e fundamental do concelho que são os Bombeiros Voluntários, a quem foi atribuído um valor financeiro de, para além dos apoios logísticos, na ordem dos 100 mil euros.

No âmbito do COVID, foram atribuídos apoios com os critérios apontados pela Câmara aos Grupos Desportivos, Associações Juvenis. Durante o ano de 2021 o Município procurará continuar e alargar esses apoios.

De facto, há um regulamento, que não tem grande eficiência, não responde suficientemente, pelo que se iniciou a preparação de um novo regulamento a ser apresentado em breve para discussão pública seguindo-se a sua apresentação na Assembleia Municipal. Lembrou ainda que no mandato anterior foi feita uma tentativa para iniciar a discussão do atual regulamento, com a convocação de algumas associações, tendo-se chegado rapidamente à conclusão de fazer um regulamento sem dinheiro para atribuir às associações não foi bem aceite pelas associações.

De facto não é só o Pavilhão Desportivo que falta, faltam outros equipamentos muito significativos em Évora, como um Pavilhão Multiusos entre outros. Mas dentro da disponibilidade da Câmara tem apoiado grupos desportivos na medida do possível, e em 2021 será reforçado esse apoio, incluindo os apoios financeiros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **José Maria Figueira** em relação às intervenções dos Srs. Frederico Carvalho e Nuno Alas, nas preocupações com a saúde, referiu que a moção não pretende que de imediato, os serviços, o desporto, a cultura e todas as atividades estejam na rua, nem se exige na moção.

Recordou, entretanto, que uma Câmara do PSD abriu jardins, praias por considerar que estavam em condições das pessoas fruírem de tudo – Câmara de Cascais.

O Sr. **Ananias Quintano** começou por dizer que ninguém deixaria de votar favoravelmente um documento como o apresentado, embora não concordando com todas as premissas que ele contém.

A preocupação com a retoma é de todos, sobretudo com a formação de jovens incluindo a parte desportiva. Mas é preciso lembrar a todos que as limitações ouvidas da Câmara, até mesmo para as atividades desportivas, também se passa com o governo.

As limitações que o Orçamento Municipal sente, certamente o Orçamento de Estado também as tem. Mas, logo que as limitações desapareçam o Governo fará todos os possíveis para que a retoma nestas atividades seja a 100%, assim o espera.

O Sr. **Adelino Fonseca** disse ter ouvido com atenção o Sr. Presidente da Câmara, agradeceu o esforço que a Câmara Municipal fez ao conceder apoios financeiros às Associações. Como Presidente de uma Associação, fez questão de agradecer formalmente para que o Sr. Presidente tivesse conhecimento. Estão gratos, independentemente do montante atribuído.

Lembrou ainda que o Sr. Presidente concedeu às Associações esse apoio financeiro, no âmbito do que chamou de “assinalar o reinício dos subsídios financeiros do Município” decidindo atribuir esse apoio financeiro às Associações. Esse apoio foi bem-vindo e está publicamente agradecido pela sua parte e acredita, que de todas as Associações.

O que a Câmara Municipal considerou para o Plano Municipal de Emergência, corresponde a mais ou menos a 0,1 do Orçamento, o que significa relativamente pouco, comparativamente a outros municípios, continua a ser proporcionalmente pouco.

Ainda assim a moção merece a concordância do PS.

A terminar este ciclo de intervenções o Sr. **Presidente da Câmara** quis deixar como última nota, que para além de outras rubricas orçamentais, foi criado um Fundo de Emergência Municipal que além de outras funções, também presta apoio às negociações no âmbito do COVID, e foi estabelecido em meio milhão de euros, podendo ser reforçado como está referido.

Num ponto da Ordem de Trabalhos via mesmo ser reforçado, no sentido de se conseguir auxiliar um conjunto de outras situações, incluindo as Associações.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pela CDU, **Apoiar o Associativismo Cultural, Social e Desportivo uma Urgência em Tempos do Surto Epidémico COVID-19**, foi aprovado, por unanimidade, com 33 presenças na sala.

Um novo documento, explicitando o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** que se tratava de uma recomendação, apresentada pelo PSD, pela Sra. **Ângela Caeiro, Transmissões On-line da Assembleia Municipal de Évora**, que fica em anexo a esta ata dela fazendo arte integrante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **José Maria Figueira** começou por dizer que o voto da CDU seria favorável, mas antes chamou a atenção de que a recomendação não devia ser imperativa, porque pode haver circunstâncias técnicas e logísticas que impeçam o que foi proposto.

Também o Sr. **Frederico Carvalho** interveio para dizer que votariam favoravelmente a recomendação, até porque, nas atas da Assembleia existirá registo sobre intervenções suas em relação a esta questão, quando em 2018 falaram sobre alterações ao Regimento e a dar condições para a sua otimização. Nas suas sugestões, referiu a defesa das transmissões on-line das sessões da Assembleia Municipal.

Afirmou a sua convicção da necessidade de a bem da transparência e do total esclarecimento público, sem deixar, no entanto, de admitir que possam existir algumas condições excecionais que possam condicionar essa realização. Concorde que deva ficar como regra.

A terminar, considerou a importância para valorizar o trabalho de todos, para valorizar a transparência que é exigida aos munícipes. Não deixando também de ser importante, o que já sugeriu à Assembleia, fazer sessões plenárias descentralizadas. Já foi feito em mandatos anteriores, mas infelizmente no atual mandato nunca foi feito. As Freguesias Rurais também mereciam o contributo da aproximação dos políticos para auscultarem os seus anseios.

Também seria importante, no período para o público em geral, que os deputados municipais não monopolizem a palavra dos munícipes. Teve oportunidade de observar que 2/3 do tempo destinado ao público, foi usado por membros da Assembleia. Isso é ultrapassar, sem necessidade, a sua vontade de participar. Cada um tem o seu espaço para intervir que deve respeitar.

Ao intervir o Sr. **Bruno Martins** afirmou que o BE iria votar favoravelmente a proposta, que era semelhante a uma que estava inscrita no Programa do BE, para as últimas Eleições Autárquicas. Consideram uma forma de transparência e que não existem quaisquer impedimentos técnicos ou logísticos (apenas uma avaria técnica de momento).

Vários municípios com orçamentos muito mais pequenos que o orçamento municipal, conseguem facilmente, transmitir em direto as sessões da Assembleia Municipal bem como as sessões da Câmara Municipal.

O Sr. **Nuno Alas** começou por dizer, que questões técnicas, podem sempre acontecer. Em seguida deixou a seguinte sugestão em relação à transmissão poder ser feita através do Youtube, como plataforma mais assíncrona, destinada a deixar na memória da internet, sítios, documentos, etc., por isso as pessoas vão ao Youtube quando querem ver factos passados. É importante que fique o registo histórico para a Autarquia das intervenções, mas para que os munícipes possam assistir em direto, não participar, mas comentar depois, o Facebook é uma ferramenta muito mais poderosa e muito mais adequada para este tipo de iniciativas.

Na recomendação referiram as duas possibilidades, só quis reiterar que o Facebook é uma ferramenta com muito mais poder e próximo das populações.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a recomendação apresentada pelo PSD, **Transmissões On-line da Assembleia Municipal de Évora**, foi aprovada, por unanimidade, com 33 presenças na sala.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de mais uma moção, vinda da bancada do PS, apresentada pelo Sr. **Ananias Quintano** referente ao **Mestre João Cutileiro**, recentemente falecido, que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **José Maria Figueira** interveio para referir que a CDU iria votar favoravelmente o documento, propondo que na moção fosse incluído “encaminhar para a Comissão Municipal de Toponímia”

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pelo PS, sobre a homenagem a prestar ao **Mestre João Cutileiro com a sugestão do Sr. José Maria Figueira**, foi aprovada, por unanimidade, com 33 presenças na sala.

Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu haver mais uma moção vinda do PS, sobre o tema **Condenação da Prisão do Ativista Russo Alexei Navalny**, que foi apresentada pelo Sr. **Ananias Quintano**, e que fica em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

A Sra. **Elmina Lopes** referiu, que a CDU se opunha à moção, secundando na Constituição da República Portuguesa, da não ingerência e outros fatores que serão divulgados em declaração de voto. Que não consideravam oportuna a moção que não trata problemas nacionais.

O Sr. **Nuno Alas** registou que o PSD iria votar favoravelmente a moção apresentada pelo PS, não por questões de ingerência do que se passa nos outros países, mas porque a bancada do PSD se insurge contra os atropelos à democracia. Que não aconteça na Europa ou no resto do Mundo o que aconteceu na Rússia com o envenenamento de um dos seus. Não significa que se goste ou se deixe de gostar, mas um envenenamento comprovado de um opositor do regime Russo, que depois é condenado por ter desertado para um país onde se foi curar, desse envenenamento. É uma atitude lamentável do regime da Rússia. Diz respeito aos opositores internos, mas também a alguns países Europeus, mas que em boa hora souberam responder.

No que concerne a esta situação a Rússia tem-se portado muito mal e como tal, o voto do PSD será favorável.

O Sr. **João Simas** iniciou a intervenção com a afirmação de que todas as situações o preocupam, além de respeitar o princípio de não ingerência E, se se propusesse também uma moção em relação a outros presos políticos, outras pessoas perseguidas por delito de opinião.

Lembrou que em Espanha há um rapper, que está preso, por criticar a Família Real Espanhola, nomeadamente o rei Emérito que fugiu com alguns milhões para o Médio Oriente. Tem que haver coerência, disse.

O Sr. **Bruno Martins** começou por dizer que o BE reafirmava o seu total compromisso com a liberdade de expressão, com a liberdade política, com o exercício de direitos cívicos e fundamentais, e condena todas as formas de aliciamento.

Para o BE, não há ditaduras boas ou más, há apenas ditaduras, não há repressão política boa, nem repressão política má. Há repressão política.

Assim o BE condena todas as formas de repressão política por todo o Mundo, seja na Rússia, seja em Israel, ou mesmo na vizinha Espanha, a monarquia Espanhola e a sua corrupção.

O BE condena todas as formas de repressão política e a moção apresentada refere apenas um processo judicial que nem sequer se conhece bem, mas que não têm qualquer problema em dizer que sim,



quando recusam a repressão que tem existido na Rússia contra parte do povo que se revolta na rua. Não podem compactuar com repressão contra pessoas que se manifestam na rua. Mas, também conhecem Navalny, pelo que se permitem apresentar uma proposta ao PS, para o início do parágrafo começar da seguinte forma “Assim a Assembleia Municipal de Évora, reunida em 26 de fevereiro de 2021, ainda que reconheça que a direita ultra liberal e populista que Navalny, representa, não seja a melhor solução para o povo Russo, aprova o repúdio...” continuando o texto apresentado pelo PS. A sua intervenção será a declaração de voto do BE.

Seguiu-se nova intervenção do Sr. **Ananias Quintano** para informar que a bancada do PA aceitava a proposta do BE.

O PS quer seja na Espanha, na Rússia ou noutra local qualquer, o que sempre fez e fará, será defender o Estado de Direito.

Em relação à ingerência, não nenhuma ingerência, é uma decisão de um Estado de Direito, e se há algum tempo para apresentar a moção, hoje é o melhor dia, porque é o dia em que Alexei Navalny desapareceu, está em sítio que ninguém sabe.

O Sr. **Nuno Cabrita** interveio para dizer que o texto faz pensar que a Assembleia Municipal de Évora, não se preocupa com todos os restantes casos que existem no mundo inteiro, de abusos no mesmo género e isso não pode ser aceitável.

Também o Sr. **João Canha** interveio no sentido de reforçar a ideia de como são previsíveis as tomadas de posição da CDU, sempre que se toca, em alguns pontos do globo, e lamentar essa previsibilidade.

Voltando a intervir o Sr. **Nuno Cabrita** referiu que se percebe que a bancada do PS, se esquece de muitos pontos do Globo, só olha para alguns.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pelo PS, com a alteração no início do parágrafo proposta pelo BE, apresentada pelo Sr. **Ananias Quintano, Condenação da Prisão do Ativista Russo Alexei Navalny**, que foi aprovada, por maioria com 18 votos a favor (13 PS, 2 PSD, 1 BE, 1 Afirmar Évora 2017, 1 MMPI) e 15 votos contra (14 CDU, 1 PSD) com 33 presenças na sala.

Declaração de voto da Sra. **Elmina Lopes** “Relativamente a esta questão, a bancada do PS na Assembleia Municipal, trás à votação uma moção que não tratando de problemas do concelho, do distrito da região ou do país, mais parece uma tentativa de replicação da posição de União Europeia e a sua agora inaugurada política de sanções, em plena Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Infelizmente esta moção, tem pouco a ver com a defesa da liberdade, da democracia, da justiça ou de luta contra a corrupção.

Nesse campo há críticas a pontar ao governo da Federação Russa. A CDU há muito que chama a atenção para as consequências do processo de concentração da riqueza e as suas repercussões políticas, após o fim da União Soviética.

O nosso voto contra, tem como fundamentos os seguintes pontos:

- A conversão artificial de Navalny no símbolo de uma suposta oposição democrata e contra corrupção no quadro de uma perigosa campanha de ingerências de externas contra a Rússia, e que será mais



recente dizer, pelas sanções aprovadas pela EU com o reforço dos contingentes dos militares da NATO e Estados Unidos, nas suas fronteiras.

- A narrativa divulgada pela comunicação social dominante como líder da oposição, intrépido ativista contra a corrupção, defensor da liberdade e da democracia, e vítima de tentativa de assassinato, do regime, e quer dizer que levanta provas cabais, elevando às mais severas interrogações sobre este obscuro caso.

- Na era das redes sociais e novas tecnologias, a manipulação de massas, o projeto Navalny é hábil, para uma instrumentalização de reais sentimentos de injustiça e insatisfação social, contudo a principal força de oposição à Rússia no Plano Institucional, e de organização à escala nacional e internacional, é o Partido Comunista da Federação Russa.

Nenhuma das forças políticas pelas quais Navalny está representado, está representada na reunião. O programa liberalizante Navalny, e demais ideias que preconiza, como mais privatizações e mais liberdades para o capital e de uma política externa enfeudada pelo interesse dos patrões ocidentais, alimenta ainda mais, a restauração capitalista e enorme concentração monopolista na Rússia.

- A construção da imagem de Navalny, como líder da oposição democrática, oculta propositadamente as incómodas ligações Navalny à extrema direita e a posições xenófobas e de apologia do nacionalismo cívico na disfunção do próprio. Imagem fabricada de líder ímpoluto e mártir, constitui um profundo respeito para com a luta de sindicalistas e dirigentes de esquerda, perseguidos e repetidamente encarcerados desde as medidas sociais de 2011.

- O fundo contra a corrupção de Navalny já condenado em dois processos de corrupção, é o principal rosto entre os seus financiadores, alguns dos principais oligarcas russos, alguns ligados a cargos de corrupção e mesmo, crime organizado.

- A verdade é que esta moção oculta, e nem sequer é um segredo de polichinelo na Federação Russa, Navalny, é a aposta de vários setores reacionários para tentar esvaziar o poder, que pertence à esquerda, e que tem vindo a crescer naquele país. Trata-se sobretudo de uma campanha suportada por várias potências da NATO no melhor estilo da revolução colorida, como aconteceu na Ucrânia, para levar mais longe a estratégia de ingerência, provocação e confrontação com a corporação Russa, estratégia essa que constitui uma muito séria ameaça à paz na região e no plano internacional. Assim, esta moção não defende os legítimos direitos do Povo e que seja solidária com os que verdadeiramente lutam pela justiça social, contra as enormes desigualdades, pela democracia e sobretudo pela soberania do seu país, por isso estamos contra ela.”

Declaração de voto do Sr. Nuno Alas "O PSD, naturalmente condena toda e qualquer política que cortar a liberdade de expressão em qualquer país do mundo, seja ele governado por partidos de esquerda ou de direita.

Embora o BE tenha proposta uma alteração ao texto, introduzindo a questão da direita, desconheço se Navalny é ultraliberal ou não.

Aliás, acho que na Rússia há um grande problema, é que ninguém consegue saber verdadeiramente o que é, nem os partidos da oposição, nem o próprio partido da Rússia, acredito que sim. E muito menos o que será o Partido Comunista, que é tudo, menos oposição na Rússia. É uma espécie de fantoche nas mãos de Putin.

É interessante ouvir declarações de voto de um partido que todos os dias nos lembra em Portugal a importância do 25 de Abril, e de como, perante situações vividas na Rússia de atropelos aos direitos dos cidadãos em democracia, faz disso tábua rasa, e quer fazer dos outros “peço desculpa, não é o termo mais indicado” parvos, como se a democracia só fosse existir em Portugal por esses partidos.



Da parte da bancada do PSD assistirão ao sentido de voto. Contra toda e qualquer situação que seja para quartar a democracia, a liberdade de expressão quer seja por governos de direita, quer seja por governos de esquerda. No Século XXI é um direito, é um sentido biológico absurdo, o que importa é dar a palavras às pessoas e não tirar- É isso que tem acontecido na Rússia, e por isso mesmo, alguns de nós decidimos, votar favoravelmente esta moção apresentada pelo PS.”

Declaração de voto do Sr. Frederico Carvalho "Para dizer apenas, tal como já foi dito, pelo Colega Nuno Alas, que o CDS e eu em concreto, representando partilhas, e neste Plenário da democracia, que lutam pela democracia, que lutam pela transparência num estado de direito, estaremos sempre na liderança dessa mesma defesa. Nunca nos colheremos de o fazer, seja sobre atendados da mesma democracia em Portugal, ou noutra território. Pese embora isso, naturalmente o voto certamente foi favorável, mas não deixarei de dizer que acho que há outros plenários em que possa ser discutida de forma mais veemente e mais distancial esta questão que é iminentemente internacional.

A Assembleia da República teria certamente muito mais a debater, pese embora não tire o interesse que o PS entendeu em Évora fazer nesta moção.

Ainda assim, quero ainda deixar bem claro que se agora votei ao lado do PS na defesa da causa da liberdade sobre um individuo que a oposição na Federação Russa ao governo de Putin, foi julgado e condenado sem ter defesa própria, quero ainda assim dizer que lamento que este mesmo PS que agora trás á votação e discussão esta moção, em questões concretas do foro nacional, como foi trazida em 2017 uma proposta de saudação sobre o 25 de novembro de 75, este mesmo PS não achou oportuno e absteve-se.

Só para terminar, e sobre o voto também, não se entende se é a posição da CDU, pois desde sempre, quer regional, nacional ou local, sempre fez a defesa e apologia das autonomias, dos movimentos minoritários, da autodeterminação da Palestina. Sempre esteve ao lado de questões de foro internacional e de questões que agora alegam não poderem tecer um comentário favorável porque é ingerência externa.

Não percebo essa dualidade de critérios.

Não me reconheço, na parte da alteração introduzida pelo BE porque não tenho dados para aferir dessa veia ultraliberal de Navalny, considero que não seja um voto inteiramente justo e merecido. No restante texto revejo-me especialmente na parte do repúdio à prisão de Navalny”

Declaração de voto do Sr. João Canha "A minha declaração de voto prende-se apenas com a alteração sugerida pelo BE. Parece que esta moção não é político-ideológica, e de facto, não me revejo nessa atitude.

Revejo-me na moção em si, e obviamente com a política externa da EU, aal qual como disse fomos acusados pela CDU.

Eles são os nossos aliados, nós fazemos parte da UE e não estamos com saudosismos em relação a anteriores ameaças.

De facto essa alteração, não me agrada, particularmente e pessoalmente porque parece que estamos a fazer um juízo político na Assembleia Municipal de Évora. E o que nós estamos a fazer é o juízo sobre a liberdade, sobre a liberdade de expressão e sobre a democracia.

Declaração de voto do Sr. Bruno Martins " O Sr. **Bruno Martins** começou por dizer que o BE reafirmava o seu total compromisso com a liberdade de expressão, com a liberdade política, com o exercício de direitos cívicos e fundamentais, e condena todas as formas de aliciamento.



Para o BE, não há ditaduras boas ou más, há apenas ditaduras, não há repressão política boa, nem repressão política má. Há repressão política.

Assim o BE condena todas as formas de repressão política por todo o Mundo, seja na Rússia, seja em Israel, ou mesmo na vizinha Espanha, a Monarquia Espanhola e a sua corrupção.

O BE condena todas as formas de repressão política e a moção apresentada refere apenas um processo judicial que nem sequer se conhece bem, mas que não têm qualquer problema em dizer que sim, quando recusam a repressão que tem existido na Rússia contra o povo que se revolta na rua. Não podem compactuar com repressão contra pessoas que se manifestam na rua. Mas, também conhecem Navalny, pelo que se permitem apresentar uma proposta ao PS, para o início do parágrafo começar da seguinte forma *“Assim a Assembleia Municipal de Évora, reunida em 26 de fevereiro de 2021, ainda que reconheça que a direita ultra liberal e populista que Navalny, representa, não seja a melhor solução para o povo Russo, aprova o repudio...”* continuando o texto apresentado pelo PS. Esta intervenção será a declaração de voto do BE”

Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu haver uma recomendação também oriunda da bancada do PS, relacionada com os **Problemas Ocorridos na Rede de Distribuição de Água**, que foi apresentada pelo Sr. **Ananias Quintano**, e que fica em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

A Sra. **Clara Grácio** iniciou a intervenção com a afirmação de que “se não fosse trágico, seria cómico”, a recomendação por parte do PS, por parte de quem tem grande responsabilidade em todo o problema no concelho de Évora em relação ao abastecimento da água.

O voto da CDU, será contra a recomendação. Não, por não conhecer os problemas existentes nas redes da água, mas pelas seguintes razões:

- A recomendação PS é uma tentativa de mistificação e sacudir responsabilidades de quem como o PS fez o mal e agora a caramunha. No anterior governo PS e o PS no município, em 2002, foi feita a negociata e o PS no Município entregou o abastecimento de água em alta ao Governo e ao grupo Águas de Portugal. Esta foi a principal causa da falência 4m que o PS deixou a Câmara Municipal de Évora, e que já custou ao Município, à população, empresas e extensões de Évora mais de 105 milhões de euros.

Como bem se percebe, uma parte desse brutal custo, foi imposto pela gestão PS em Évora que lhe iriam permitir fazer os investimentos estruturantes necessários na rede de abastecimento de água- Estes investimentos o PS não fez, nos dois anos da sua gestão, e impediu que fossem feitos, quando deixou a Câmara falida como herança.

Agora retirar a rede em baixa aos Municípios e entregar ao Grupo Águas de Portugal, para depois ir enfatizar e aumentar brutalmente o preço da água, como está a acontecer com o lixo, em que só este ano, voltou a duplicar a taxa de gestão de resíduos de 11€ para 22€. A Câmara Municipal de Évora .

A terminar referiu que a CDU continuará a pugnar para que todos os problemas que se verificam com a rede de abastecimento público de água tenham resposta urgente, estrutural e que sirvam as populações, mas existe memória, essa memória não se apaga porque existe também história que consta cronologicamente o que se passou e a quem assacar responsabilidades.

Estas são as razões, que dão toda a clareza e transparência à não concordância que seja o PS a fazer esta recomendação.

Terminou, afirmando “tenhamos respeito pela memória”.



O Sr. **Nuno Alas** começou por dizer que reconhecendo todos os problemas existentes. Ninguém de bom senso os pode repudiar, entende contudo, e estranha que o PS depois de negociar com o atual Executivo CDU dois anos consecutivos de viabilização do Orçamento Municipal, não tenha garantido um cêntimo para resolver o problema.

Entende que no momento tudo seja campanha eleitoral não contam com o PSD para essa campanha. O sentido de votos será a abstenção.

Também o Sr. **João Canha** interveio, referindo que ao bom jeito da deputada Maria Elmina, lhe cabia perguntar se a CDU queria ou não queria água em condições para os munícipes.

O Sr. **Adelino Fonseca** começou por dizer que a Dra. Clara Crácio ou não leu ou não quis perceber o essencial da recomendação.

O que é dito nada tem a ver com a dívida herdada, porque em 8 anos a dívida já é da CDU e não do PS.

Quiseram dizer que estão descontentes com o facto do Executivo em oito anos ter conseguido elaborar um diagnóstico, um planeamento para tentar conseguir um financiamento para a remodelação faseada da rede de águas. Este era o ponto fundamental que estava em causa. Nem sequer existe um projeto ou um plano. Compreendem as dificuldades financeiras da Câmara mas compreendem também o prejuízo para as populações e para os munícipes que não têm água, e conhecem ainda melhor o desperdício de água que continua a haver, pois a água vai para todo o lado em vez de regar as plantas, bem como as ruturas em que a água corre por todo o lado.

A recomendação não deve ser distorcida, apenas recomenda à Câmara se durante oito anos não fez nada, que no mínimo faça um projeto, um diagnóstico um plano financeiro para faseadamente ir substituindo a rede de águas, porque todos compreendem que os remendos servem apenas para desperdiçar dinheiro.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a recomendação apresentada pelo PS, relacionada com os **Problemas Ocorridos na Rede de Distribuição de Água** que foi rejeitada, por maioria com 14 votos contra da CDU 14 votos a favor (13 PS, MMPI) e 5 abstenções (1 PSD, 1BE, 1 Afirmar Évora 2017), com 33 presenças na sala, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal exercido o voto de qualidade.

Declaração de voto do Sr. José Figueira A minha declaração de voto é a intervenção da Sra. Clara Grácio :

“A Sra. **Clara Grácio** iniciou a intervenção com a afirmação de que “se não fosse trágico, seria cómico”, a recomendação por parte do PS, por parte de quem tem grande responsabilidade em todo o problema no concelho de Évora em relação ao abastecimento da água.

O voto da CDU, será contra a recomendação. Não, por não conhecer os problemas existentes nas redes da água, mas pelas seguintes razões:

- A recomendação PS é uma tentativa de mistificação e sacudir responsabilidades de quem como o PS fez o mal e agora a caramunha. No anterior governo PS e o PS no município, em 2002, foi feita a negociata e o PS no Município entregou o abastecimento de água em alta ao Governo e ao grupo Águas de Portugal. Esta foi a principal causa da falência 4m que o PS deixou a Câmara Municipal de Évora, e que já custou ao Município, à população, empresas e extensões de Évora mais de 105 milhões de euros.

Como bem se percebe, uma parte desse brutal custo, foi imposto pela gestão PS em Évora que lhe iriam permitir fazer os investimentos estruturantes necessários na rede de abastecimento de água- Estes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

investimentos o PS não fez, nos dois anos da sua gestão, e impediu que fossem feitos, quando deixou a Câmara falida como herança.

Agora retirar a rede em baixa aos Municípios e entregar ao Grupo Águas de Portugal, para depois ir enfatizar e aumentar brutalmente o preço da água, como está a acontecer com o lixo, em que só este ano, voltou a duplicar a taxa de gestão de resíduos de 11€ para 22€. A Câmara Municipal de Évora . A terminar referiu que a CDU continuará a pugnar para que todos os problemas que se verificam com a rede de abastecimento público de água tenham resposta urgente, estrutural e que sirvam as populações, mas existe memória, essa memória não se apaga porque existe também história que consta cronologicamente o que se passou e a quem assacar responsabilidades.

Estas são as razões, que dão toda a clareza e transparência à não concordância que seja o PS a fazer esta recomendação.

Terminou, afirmando “tenhamos respeito pela memória”.

Declaração de voto do Sr. Nuno Alas Solicito que a minha intervenção seja registada como declaração de voto “O Sr. **Nuno Alas** começou por dizer que reconhecendo todos os problemas existentes. Ninguém de bom senso os pode repudiar, entende contudo, e estranha que o PS depois de negociar com o atual Executivo CDU dois anos consecutivos de viabilização do Orçamento Municipal, não tenha garantido um cêntimo para resolver o problema.

Entende que no momento tudo seja campanha eleitoral não contam com o PSD para essa campanha. O sentido de votos será a abstenção”.

Declaração de voto do Sr. Frederico Carvalho “Apenas para dizer, que pese embora reconheça algumas das preocupações constantes na redação do texto que foi apresentado pelo PS, e que realmente exige maior esforço por parte do atual executivo municipal, sem dúvida, e que ele será mais penalizado que ninguém provavelmente, nas urnas, por via das suas incúrias, relativamente aos investimentos que entendeu por bem fazer.

Não posso ser cúmplice de uma espécie de pré-campanha eleitoral, como já foi referido.

Não concordo com esta circunstância de maneira alguma. Parece ser bastante redutor a visão de uma política de seriedade e compromisso. O PS, tem efetivamente, como já foi referido viabilizado os orçamentos do atual executivo. Sendo de tal maneira grave, como todos sabemos que é, o PS não achou que devia assinar contrapartidas, nomeadamente rubricas sobre a melhoria substancial desta questão?

Não consigo perceber, viabiliza orçamentos com uma série de questões que no seu entender são altamente penalizadoras para o concelho, e a seguir vem fazer propostas de recomendação julgando questões da dinâmica do executivo.

Muito sinceramente, não dou para este peditório. Peço desculpa, mas não me revejo neste tipo de posturas, e daí o voto de abstenção.”

Declaração de voto do Sr. Bruno Martins “Não tivesse sido a gestão danosa que afundou este Município sendo que para tal, muito contribuiu o negócio ruinoso com as Águas do Centro Alentejo. Se não existisse essa memória em todos nós, naturalmente eu votaria a favor desta recomendação. Havendo essa memória, e sabendo o que fez o PS, ao nível da gestão das águas e com o negócio ruinoso que fez na altura, há uns anos atrás, é impensável votar a favor desta recomendação. Seria branquear o que foi feito. Para isso o BE não contribui naturalmente.”



Declaração de voto do Sr. Jerónimo José “A minha declaração de voto é no sentido de que não querendo branquear a história, a responsabilidade do PS, sobre essa discussão, e o contexto em que foi feita, e a forma como tem sido utilizada pela CDU para a enquadrar no que foi uma situação financeira do País em que nem sequer havia recurso ao crédito, empolou-se a dívida como se quando o PS quando chegou à Câmara não houvesse, e como tal, nós entendemos que o mais importante é como é que se resolve o problema das pessoas, não esquecemos que existe a história. Mas é preciso também haver uma solução.

Em oito anos era no mínimo exigível que se pudesse ter uma perspetiva, um caminho que não fosse apenas reivindicar que alguém não fez nada na Câmara.

Achamos que ao fim de oito anos, é tempo mais que suficiente para exigir que no mínimo haja uma planificação que nos diga como se vai resolver a situação.

Nova recomendação direcionada da bancada do PS, que o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu estar relacionada com a **Mobilidade Viária**, que foi apresentada pelo Sr. **Ananias Quintano**, e que fica em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

O Sr. **João Canha** pediu a palavra para fazer uma declaração em defesa da honra, que tem a ver com a recomendação anterior, pediu desculpa, por ter sido mal interpretado o seu gesto na altura. De facto queria defender a honra da bancada do PS, perante a indignação manifestada pelo deputado Frederico Carvalho e também pelo deputado Nuno Alas, a propósito da aprovação dos orçamentos pelo PS.

Recordou ao deputado Frederico, que foi ele que viabilizou um dos orçamentos, depois do PS ter votado contra. Ao mesmo tempo, foi ele também que viabilizou a criação da megal-estrutura de dirigentes que é hoje uma fonte de grandes gastos para o Município.

Não aceita a indignação com que foi apresentada a situação, como se de um momento para o outro o PS tivesse aprovado orçamentos, quando foi ele que viabilizou esses orçamentos.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** interveio que não era usual nem gostaria de ver a honra de uma das bancadas ter sido ofendida de forma a ter que ser feita uma intervenção em defesa da honra da bancada.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir que é do conhecimento de todos a situação da rede viária, ainda assim, gostaria de dizer que numa das últimas reuniões de Câmara, foi anunciado um conjunto de medidas para procurar minimizar os problemas mais complicados, com o alargamento da atual brigada de reparação e a criação de uma nova brigada com equipamento para resposta com novos tipos de tecnologias, com massas quentes e a aquisição de serviços a empresas que possam assegurar a reparação relativamente à rede viária.

- Quanto ao comentário do deputado João Canha, em relação à estrutura dos serviços, ao contrário do que foi dito, não houve aumento de custos, houve sim uma redução de custos. Pode comprovar no Relatório de Gestão.

De facto a nova estrutura de gestão, tem comprovado, ser mais eficaz e dar melhores respostas que a anterior.

O Sr. **Frederico de Carvalho** solicitou intervir para apelar em defesa da honra face ao que foi dito pelo deputado João Canha da bancada do PS.



O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que os trabalhos em curso se referiam há recomendação apresentada pelo PS sobre a Mobilidade Viária. Que já tinha sido encerrado o outro documento, retorquindo o Sr. Frederico Carvalho que só após a apresentação da nova recomendação foi feita a defesa da honra pelo deputado João Canha.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a intervir para referir que o entendimento da Mesa não é que tenham sido feitas ofensas à honra, mas sim, foram feitas na Assembleia meras intervenções políticas. A Mesa entende que não foi ofendida a honra de ninguém, respondendo o Sr. **Frederico Carvalho** que a questão da honra se submete à consciência de cada um, se sentiu ou não, a sua honra afetada. Mas prescindia da palavra.

O Sr. **Adelino Fonseca** afirmou ter ficado satisfeito e contente com a informação que o Sr. Presidente da Câmara comunicou à Assembleia sobre a matéria em apreço.

A bancada do PS só lamenta que tenha demorado tanto tempo a tomar uma decisão tão importante como esta.

Em relação à proposta de recomendação, o Sr. **José Maria Figueira** conclui que a proposta da qual o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento, tinha um efeito praticamente limitado, na medida em que o Sr. Presidente, disse estar a ser recuperada uma brigada de obras de pavimentação, que tanto quanto se sabe, a gestão do PS tinha praticamente destruído, e no quadro da planificação que está a ser feito, estão a ser tomadas medidas de intervenção para revitalizar todo esse trabalho, adquirindo e recuperando equipamentos para responder à pavimentação e contratar serviços externos para resolver os problemas. A CDU irá votar favoravelmente com a esta intervenção como declaração de voto.

O Sr. **Nuno Alas** considerou que comprar maquinaria para resolver problemas, é trabalho do município. A população em sufrágio dirá se entende isso ou não.

O PSD há muitos anos defende que a repavimentação de muitas estradas que não valem votos, como a estrada de Machede, Santa Suzana, Montoito têm muito poucos habitantes e eleitores no concelho de Évora. Não repavimenta as estradas para angariar votos, mas sim de forma consciente de que existem muitos problemas nas estradas por recuperar

Temia que o PS com este assunto, tivesse a ver com a campanha eleitoral. Voltou a dizer que o PSD se iria abster, não por não reconhecer que existe a necessidade de melhorar muitas estradas, e caminhos em Évora, mas por entender que um partido como o PS, que esteve ligado às negociações dos dois últimos orçamentos municipais, venha propor a compra de uma máquina.

Nova intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** para esclarecer que se trata de uma recomendação e não de uma moção, que tem toda a oportunidade para ser apresentada e que faz todo o sentido. Nada tem a ver com campanha eleitoral. Só tem a ver com o interesse dos munícipes e com a boa prestação da Câmara Municipal, na sua competência de serviço público.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a recomendação apresentada pelo PS, relacionada com **Mobilidade Viária** que foi aprovada, por maioria com 30 votos a favor (14 CDU, 13 PS, 1 BE, 1 Afirmar Évora 2017, 1 MMPI) e 3 abstenções (3 PSD), com 33 presenças na sala.



Declaração de voto do Sr. José Maria Figueira “Em relação à proposta de recomendação, o Sr. **José Maria Figueira** conclui que a proposta da qual o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento, tinha um efeito praticamente limitado, na medida em que o Sr. Presidente, disse estar a ser recuperada uma brigada de obras de pavimentação, que tanto quanto se sabe, a gestão do PS tinha praticamente destruído, e no quadro da planificação que está a ser feito, estão a ser tomadas medidas de intervenção para revitalizar todo esse trabalho, adquirindo e recuperando equipamentos para responder à pavimentação e contratar serviços externos para resolver os problemas. A CDU irá votar favoravelmente com a esta intervenção como declaração de voto.

Declaração de voto do Sr. Frederico Carvalho “Votei favoravelmente porque efetivamente é um problema que se tem agudizado no último ano, embora com problemas mais antigos, neste último ano com as chuvas o problema tem aumentado e que urge a Câmara resolver quanto antes. Ouvimos nas palavras do Sr. Presidente que a questão está a ser tratada, mas ainda assim dizer que no meu ponto de vista, diferente da recomendação anteriormente apresentada pelo PS.

Existem várias nuances em relação às posturas e aprovações e viabilizações de orçamentos municipais. Cada um de nós fica com a sua consciência. O CDS-PP e eu pessoalmente estamos completamente tranquilos com a consciência com o que foi feito.

O Sr. **Bruno Martins** dirigiu a seguinte pergunta ao Sr. Presidente da Câmara: “*Hoje, a Câmara Municipal de Évora lançou um comunicado sobre os problemas de segurança no Alto dos Cucos, relacionando-o com a existência de acampamentos ilegais de população de etnia cigana.*

Nesse comunicado, O Sr. Presidente da Câmara congratula-se com o facto da Câmara não ter aprovado um único acampamento ocasional para estas famílias.

Quero que saiba Sr. Presidente que naquelas famílias existem famílias de bem, famílias com crianças na escola. Existem lá mais de 50 crianças e existem famílias com deficiências que necessitam de tratamentos regulares semanais, existem pais que estão a frequentar cursos de formação profissional. Existem pessoas de bem, existem problemas sim. Agora pergunto qual é a solução para estas pessoas, são pessoas sem abrigo, não têm qualquer resposta por parte da Câmara. Pedem resposta há Câmara há meses, sem qualquer resposta. Pedem tão só, um sítio para acampa ao relento para que as suas crianças possam ir à escola e possam ir às terapias. A única resposta é que vão para a Barragem do Monte Novo.

É desumano, é cruel e para desumanidade e crueldade, já chega a extrema direita em Portugal.”

O Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que o comunicado da Câmara se referia a acampamentos ilegais, em propriedade privada com ocupação do edifício para usos que estão a ser investigados e com situações perigosas na comunidade relativamente ao uso de habitações no Alto dos Cucos e zonas limítrofes.

O comunicado afirma que não foram concedidos acampamentos ocasionais naquela zona, mas existem outros que foram concedidos.

Relativamente às duas famílias referidas a Câmara tem estado a procurar soluções, ainda que não sejam famílias do concelho, mas porque estão a ter assistência numa associação do concelho de Évora, procuram-se soluções minimamente dignas para serem apoiados.

Em relação às restantes, não sendo do concelho, não tendo licença e estando numa zona ilegal, parece não ser aceitável, seja que tipo de cidadãos forem, que possam manter a ilegalidade.



O Sr. **Bruno Martins** respondeu ao Sr. Presidente, com todo o respeito, considerava que estas família pertenciam tanto a Évora como o Sr. Presidente, tinham os seus filhos registados nas escolas em Évora, podem ter vindo de Montemor, como o Sr. Presidente veio, ou ter vindo de outros locais, mas são tanto de Évora como o Sr. Presidente. Não diga isso por favor, pediu.

O Sr. **José Vitorino Piteira** considerou, em relação às famílias de etnia cigana, que discordava quando dizem para irem para o Monte Novo. Disse ser completamente contra, porque ninguém merece ir para o Monte Novo.

O Sr. **Presidente da Câmara** voltou a intervir, para lastimar as palavras que ouviu do Dr. Bruno Martins. Com toda a sinceridade, não esperava. Não correspondem à verdade, A sua família é metade de Montemor, metade de Évora, os seus avós maternos viveram exatamente ao lado do edifício da Câmara, onde passou uma parte da infância. Uer creditar que as palavras do Dr. Bruno Martins foram impensadas e inadequadas à situação, por muito emotiva que a discussão possa ser.

Não foi feita nenhuma proposta para o Monte Novo, essa questão teve a ver, na primeira fase da pandemia, que terá todo o gosto em esclarecer a questão. Mas não foi indicada nenhuma família para o Monte Novo.

Em nova intervenção o Sr. **José Vitorino Piteira** perguntou ao Sr. Presidente da Câmara sobre a estrada para Santa Suzana, o Sr. Nuno Alas referiu e bem, e é um dos poucos deputados que se preocupa não só com estes pequenos problemas, mas para quem lá mora, são um grande problema assim como para a freguesia de Nossa Senhora de Machede.

Em seguida perguntou se o Sr. Presidente tinha conhecimento do estado atual da estrada Nossa Senhora de Machede/Bussalfão. Com toda a tristeza podia dizer é o único que o envergonha como Presidente da Junta é a estrada de Nossa Senhora de Machede para Santa Suzana.

Certamente irá dizer que não há fundos para fazer arranjos naquele tipo de caminhos, mas uma coisa é certa, o que é mais necessário é a manutenção que outra coisa

Nos últimos tempos a única coisa que a Câmara fez, foi colocar sinalização por perigos vários, tendo chegado ao ponto da velocidade máxima admitida na estrada ser de 30km/h. Esta também envergonha como Presidente de Junta. Uma estrada que em décadas foi em terra batida, nunca esteve no estado que está atualmente Machede /Bussalfão. Está pior que em 2001, quando o Dr. Abili teve a gentileza de a pavimentar. É verdade que não ficou bem pavimentada, é verdade que o Sr. Presidente herdou esta estrada, herdou uma má obra, mas que não justifica o que é normal e que todos fazemos. Quando o trabalho está mau, temos que tentar reparar e conservação. É a única freguesia do concelho que sem aquela estrada fica uma península

Não merecemos isto, porque o Grupo Hoteleiro que ali se instalou, precisa de uma estrada para manter os postos de trabalho e os clientes.

Em resposta ao Sr. José Vitorino, o Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que o Sr. Presidente da Junta conhece a situação, têm falado sobre ela várias vezes. Informou que está em curso um concurso que pretende entre outras, proceder à reparação da estrada Nossa senhora Machede/Bussalfão. Não pode prometer uma reparação estrutural, mas será a reparação daquela estrada. Logo que o tempo permita e o concurso esteja pronto, iniciar-se-á a reparação dessa e outras estradas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **José Maria Figueira** interveio para propor à Mesa, que fosse feito um voto de pesar pelo falecimento do atleta Alfredo Quintana, Luso Cubano, que foi guarda-redes do Futebol Clube do Porto e da Seleção Nacional.

“Este jovem atleta representou o nosso País durante bastantes anos com altas qualificações, em termos desportivos e que de forma fatídica, foi vítima desta situação, que teve o desenlace triste, de hoje falecer.

Consideramos ser um Atleta que deve merecer de todo o País um Voto de Pesar e os sentidos pêsames alargados à Federação Portuguesa de Andebol, ao Futebol Clube do Porto e à família”

Não se verificando intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a votação **O Voto de Pesar pelo Falecimento de Alfredo Quintano**, apresentado pela CDU, e que foi aprovado, por unanimidade com 33 votos a favor, com 33 presenças na sala.

Declaração de voto do Sr. Bruno Martins “Alfredo Quintano era de facto um grande homem, um grande líder, uma pessoa que inspira atletas jovens, e que inspirou muitos atletas jovens do andebol. É uma grande perda para o mundo do andebol e do desporto. É um Campeão e o seu exemplo permanecerá junto de quem pratica andebol e de quem forma jovens no andebol. Por isso mesmo, endereçar condolências à família, amigos Federação Portuguesa de Andebol e Futebol Clube do Porto.”

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado o PAOD, passando de imediato à Ordem do Dia

PONTO 1 – 9.º RELATÓRIO SEMESTRAL DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO / DEZEMBRO DE 2020

Tendo em conta que o documento foi distribuído com antecedência, o Sr. **Presidente da Câmara** referiu que faria uma apresentação rápida, para dizer que apesar do ano ter afetado toda a atividade municipal e as questões de ordem financeira e económicas que a generalidade das variáveis contidas não tiveram alterações substanciais em relação ao que estava previsto.

Naturalmente há ajustamentos que não foi possível fazer, mas tendo em conta a desfasagem do Plano, tendo em conta todo o contexto, é uma boa notícia o 9.º Relatório.

Não se verificando pedidos de palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação o 9.º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro/dezembro de 2020 foi aprovado, por maioria com 18 votos a favor (13 CDU, 3 PSD, 1 Afirmar Évora 2017, 1 MMPI) e 13 abstenções (13 PS), com 31 presenças na Assembleia.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA E PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PROVISIONAIS / INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir que o documento à semelhança do anterior foi distribuído com antecedência, que é um documento novo, que era integrado aquando da aprovação e discussão da Conta de Gerência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Com a pandemia, houve algumas alterações decorrentes do sistema de contabilidade pública, sendo possível antecipar a integração do Saldo de Gerência.

Poderá ser verificado, como referiu atrás, o saldo se destina a iniciar o Fundo de Emergência Municipal para a COVID.

Não se verificando pedidos de palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação, a Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa e Proposta de Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Provisionais / Integração do Saldo de Gerência foi aprovado, por unanimidade, com 33 presenças na Assembleia

Seguiu-se um intervalo de 5 minutos proposto pela Sra. **Elmina Lopes**, que foi aceite pelos presentes.

PONTO 3 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO.

O Sr. **Presidente da Câmara** apresentou a proposta de forma breve tendo em conta que a mesma havia sido distribuída antecipadamente.

O Sr. **Frederico Carvalho** interveio recordar que em tempos o Sr. Presidente da Câmara se referiu à questão do estacionamento junto ao Hospital do Espírito Santo, pelo que perguntou se essa questão também estava dirimida na proposta de alteração ao Regulamento, ou se se trata de uma questão diferente que deverá ser tratada por outras vias;

Perguntou em seguida, se o Sr. Presidente da Câmara tinha o número concreto de lugares disponíveis no Centro Histórico;

Perguntou qual o número emitido de selos de residente.

Disse que só com estas respostas, poderia saber se há um número limitado de ofertas de estacionamento para residentes e um número incomensuravelmente superior, de selos passados para os mesmos.

Esta questão acarreta problemas no que concerne ao tráfego e á impossibilidade ou possibilidade de estacionamento.

Pelo que conseguiu ler do texto do regulamento, sobre a possibilidade de estacionamentos específicos para entidades oficiais, portadores de deficiência física, unidades hoteleiras, etc. Para unidades hoteleiras, pode ir até 3 lugares por cada unidade, com um rácio de 3/4 quartos. Acredita que todas as unidades hoteleiras teriam acesso a três lugares. Se for assim, o numero de lugares para moradores será reduzido substancialmente.

Em relação ao art.º 20.º, estacionamento proibido, na alínea a), diz que é proibido o estacionamento para vendas de qualquer artigo ou publicidade de qualquer natureza. Assim, perguntou se venda de qualquer natureza, significava também produtos alimentares, bebidas etc, se estão proibidos de poder estacionar.

O Sr. **Adelino Fonseca** disse ter dúvidas em relação ao art.º 4.º - bolsas de estacionamento, n.º 3, os objetivos específicos não têm critérios, não estão indicados o que o torna altamente subjetivo e consubstancia uma alteração, não podendo ser apenas alvo de uma deliberação de Câmara, mas



também de uma aprovação da Assembleia Municipal. Solicitou ser esclarecido e corrigido se estivesse errado.

Também nos lugares de estacionamento, art.º 11.º. diz que é necessário dirigir ao parquímetro mais próximo, quando o parquímetro não está a funcionar. Não lhe parece justo, porque o parquímetro mais próximo muitas vezes, também não está a funcionar ou fica demasiado longe.

Não concorda. Se não estão a funcionar, compete ao município a sua rápida reparação, ou como acontece, estão cheios de moedas que não foram retiradas e não funcionam por isso. Também compete ao município o seu esvaziamento.

A responsabilidade é sempre do município e não pode ser imputada ao automobilista. Deve ser a Câmara a assumir a responsabilidade e não obrigar os motoristas andar de um lado para outro, como já lhe aconteceu.

Nada é dito sobre a revalidação do selo de residente, que é anual. E tanto quanto sabe obriga a um processo burocrático exatamente igual ao pedido do selo pela primeira vez.

No art.º 14.º, alínea c), é pedido um atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia, que atesta que o requerente reside habitualmente no Centro Histórico. Gostava de saber como é possível que a junta de Freguesia consiga atestar de forma rigorosa que o requerente reside habitualmente no CH. Sendo que, em seguida é solicitado o comprovativo da residência fiscal. Em seu entendimento existe uma duplicação.

Gostava de ser elucidado sobre as matérias que referiu.

O Sr. **Nuno do Ó Cabrita**, começou por referir que o Regulamento apresentado e o estacionamento no Centro Histórico, era um problema muito antigo, que necessitava ser revisto, estava convencido que não seria a versão final.

Mas ao sinal que dá é de que a Câmara está preocupada com a situação do CH e está a tentar resolvê-la. Sem qualquer dúvida é o caminho certo. As propostas são alterações mais significativas do que parecem.

Sugeriu ao Sr. Adelino Fonseca que perguntasse na sua bancada, aos vários Presidentes de Junta de Freguesia como passam os atestados. Podia garantir que sempre têm colaborado com a Câmara e os respetivos serviços, no sentido do estacionamento, para confirmar, por antecipação, as residências dos requerentes. O facto do trabalho não estar a partir da aprovação concentrado num único mês, facilita imenso o trabalho da Junta, o que lhe faz acreditar que para a Câmara também é muito bem vindo.

Pensa que as alterações introduzidas vão melhorar significativamente a questão do estacionamento no CH. Apesar de haver sempre mais carros, a solução do CH, é uma solução complexa e difícil. Está convencido que a par da alteração, a questão da fiscalização é muito importante, nomeadamente em horário normal, devendo haver desfasamento de horário dos serviços, o que julga será uma nova alteração. A fiscalização e o cumprimento do Regulamento agora aprovado, levaram-no a felicitar a Câmara e o Vereador porque vai no caminho de resolver os problemas que são complicados e serão cada vez mais com o crescimento da população e o uso do automóvel terá que ser controlado, se se quiserem pessoas a viver no CH, porque precisam do carro.

As pessoas que habitam o CH, que têm os seus carros vivem num constante litígio, mas que tem soluções, e a Câmara está a ir no sentido de ir resolvendo estas questões e eventualmente as voltar a adaptar, se for necessário.

Nova intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** para em resposta ao Sr. Nuno Cabrita, dizer que sabe muito bem o que é um atestado de residência passado pela Junta de Freguesia. Não se pode partir do princípio que todos os outros são imbecis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A seguir pediu mais um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara relacionado com o art.º 7.º n.º3, em que se refere uma taxa máxima diária para quem não cumpra o regulamento por falta de título ou título inválido, ou caducado. Sendo que depois acresce as coimas previstas no capítulo 7 do regulamento, que trás sanções que parecem ser a mesma coisa. Pensa haver uma duplicação de penalizações ao consumidor.

O Sr. **Nuno do Ó Cabrita** voltou a intervir para esclarecer nunca ter pensado em chamar imbecil a quem quer que fosse. Não faz parte da sua maneira de ser. O comentário foi absolutamente desnecessário, como também seria desnecessária a questão dos atestados de residência.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu às questões formuladas, sintetizando as explicações julgadas necessárias, que se passam a descrever:

- Estacionamento junto ao Hospital, como é do conhecimento de todos foi tomada a decisão junto ao Hospital não, motivado pela pandemia, tudo está alterado e enquanto a situação se mantiver não será possível acertar a situação que tinha sido acordada em relação ao Hospital;
- N.º de lugares e emissão de selos de residentes, é verdade que existe uma emissão maior que lugares de residentes, tendo em conta que se procura responder à rotatividade conhecida e que os serviços detetam;
- É verdade que há zonas dentro do CH onde a pressão é maior, mas se procurarem um pouco ao lado habitualmente encontram lugares para residentes, mesmo à porta é que por vezes é difícil;
- O que se pretende com o n.º de lugares é exatamente permitir o que estava previsto, no atual regulamento, para possibilitar o aumento do n.º de lugares de residentes e noutras zonas que estão a ser criadas, como por exemplo com estacionamento requalificado, nas traseiras do Teatro Garcia de Resende;
- Relativamente a fruições que citou, esse tipo de carros, têm legislação própria;
- Em relação aos critérios colocados o que se pretende é que, tudo que seja de gestão corrente, ou em determinados períodos de tempo, a Câmara possa decidir e atuar no que seja mais eficaz em relação ao CH. Essa é a razão da proposta do regulamento, para que, cada vez que se faz uma alteração o regulamento tenha que ser alterado, o que leva, como todos sabem, meses;
- Nos parquímetros, a situação já se verifica, e com a qual concordam. Quando o parquímetro está avariado o cidadão deve deslocar-se a outro, mas se há dois parquímetros avariados, as eventuais contraordenações são levantadas, depois dos protestos chegarem;
- Há uma facilitação ao nível da revalidação do selo de residente, diminuindo-se a burocracia e permitindo que possa ser revalidado em qualquer altura.
- Em relação ao atestado de residência, passado pela Junta de Freguesia, é o que é usado em termos genéricos;
- Em relação à tarifa diária, concordou que existe o pagamento, lembrando que foi lançada uma aplicação digital, que se for usada, cobra exatamente o tempo que o carro permanece no lugar de estacionamento;
- Concordou que existe um problema com a fiscalização. Não é fácil, os fiscais são poucos, mas tem sido utilizada a via pedagógica no sentido de sensibilizar os cidadãos para a questão. E estão a ser estudadas soluções para que os moradores tenham algum benefício para conseguir atrair mais moradores para o CH.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Frederico Carvalho** fez a seguinte intervenção, “ *Muito concisamente volto às três questões novamente :*

- 1. Pergunte se empresas ou Casas de Turismo de Habitação ou Alojamento Local, são consideradas unidades hoteleiras para o efeito de atribuição de estacionamento?*
- 2. Peço desculpa pela minha ignorância, não conheço a legislação vigente relativamente aos veículos de venda ambulante (comida e bebidas), os street food. Pergunto se da leitura dessa legislação há a possibilidade desses carros poderem existir e coabitar o nosso Centro Histórico?*
- 3. Não percebi a questão, peço desculpa, pode haver uma moradia ou um titular de um selo de residente com acesso a mais que um selo? Ou seja, se tem 3 veículos tem direito a 3 selos?”*

O Sr. **Adelino Fonseca** voltou a intervir para perguntar se um empresário que tenha uma empresa fora de Évora e se desloque à empresa que tem em Évora com 2 carros diferentes tem direito a um selo ou 2 selos de residente

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que o Alojamento Local é tratado como humidade hoteleira.

Em relação às carrinhas de street food não, não é permitido o seu estacionamento em qualquer lugar, apenas em locais próprios e têm que ir a concurso. No momento há 6 lugares dentro do Centro Histórico que têm sido utilizados, ficando sempre 2 livres.

Em relação a residentes que possam ter mais que um selo, não sabe, sabe apenas que está previsto para 2 carros.

Em relação às empresas, podem propor pagar o estacionamento e ficar com o estacionamento cativo, desde que haja disponibilidade, o que não é fácil. Mas uma empresa, que queira lugar o Centro Histórico pode propor esta situação e então será indiferente ter 2 ou 3 carros desde que identificado com a empresa.

O Sr. **João Simas** interveio para referir que estavam muitas pessoas preocupadas com hoteleiros e empresas, esquecendo os residentes. Lembrou que houve uma altura que a Rua Serpa Pinto metade era reservada a uma unidade hoteleira.

Não se podem esquecer os residentes, que é preciso mantê-los e trazer mais, mas também é necessário dar-lhes condições, mesmo sabendo muitos dos problemas do CH estão a montante. Tem que haver algum equilíbrio, não haver apenas preocupação com as empresas.

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação, a Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento, que foi aprovada, por maioria, com 32 votos a favor (14 da CDU, 13 do PS, 3 do PSD, 1 do BE e 1 do MMPI) e 1 abstenção (da Coligação «Afirmar Évora 2017»), com 33 presenças na Assembleia

Declaração de voto **Frederico Carvalho** “ Ainda que considerando que é fundamental haver uma moralização sobre o Regulamento ao Estacionamento na Cidade de Évora, nomeadamente no Centro Histórico, não fiquei completamente convencido do virtuosismo dessa alteração, que inclusivamente



o Sr. Deputado Municipal, Presidente da Junta de Freguesia do Centro Histórico, também revelou algumas dúvidas sobre a questão.

Há uma coisa que tenho como garantido, Senhor Presidente da Câmara, é que fui eleito para defender os interesses dos munícipes e obviamente também quero zelar, pelo interesse desenvolvimento económico da nossa cidade e do nosso concelho

Obviamente que é muito importante a capacidade de oportunidade de acesso às unidades hoteleiras, mas estou convencido que os residentes ficam em prejuízo sobre esta alteração ao Regulamento. Devia haver maior cuidado em estacionamento disponibilizado a unidades hoteleiras, até porque o crivo é muito largo, como o Sr. Presidente acabou de dizer, há muitas exceções, muitos estacionamentos específicos, o CDS está convencido que prejudicará grosso modo, os residentes da nossa cidade. Nesse sentido, com estas dúvidas, não me opondo, também não votei favoravelmente.”

PONTO 4 - LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA) – ENVIO DE DECLARAÇÕES (PARA CONHECIMENTO)

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que há poucas explicações ou considerações, além do que a lei exige. A Câmara tem que dar conhecimento à Assembleia Municipal é claro, não havendo muito mais a acrescentar.

Tomado conhecimento

PONTO 5 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (PARA CONHECIMENTO)

O Sr. **Presidente da Câmara** lembrou que o documento em título, foi distribuído, para além da informação financeira, não iria fazer referência ao que nele estava plasmado, apenas algumas informações adicionais.

1. Algumas informações sobre a pandemia, que de momento está muito desagravado no concelho, uma vez que o concelho passou a risco moderado.
De momento ainda há 3 surtos no concelho, numa associação dos Canaviais, outra no Lar Barahona da Santa Casa da Misericórdia, com utentes já vacinados, que ainda assim, apanharam a doença mas estão assintomáticos e o terceiro caso, na Cruz Vermelha Portuguesa. Estes 3 surtos não têm merecido grande preocupação, apesar de um ou outro caso mostrar maior gravidade.
2. Sobre a vacinação, reuniu com o Sr. Coordenador Nacional da Task Force, coordenada pelo Sr. Secretário de Estado, estiveram presentes outros Presidentes, da ARS, dos Agrupamentos dos Centros de Saúde, no sentido de se discutir e avaliar a vacinação no Alentejo tendo em conta que o País está a receber bastante menos vacinas do que as contratadas, mantendo-se esta situação provavelmente até abril. Significando que a “famosa” imunidade de grupo que tanto se aspira, na melhor das hipóteses só chegará finais de agosto / setembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Esta situação irá condicionar atividades escolares. Acredita que até ao final do ano irão ocorrer complicações.

No concelho foi cedida a Arena para funcionar como Centro de Vacinação Concelhio à ARS, e ao Agrupamento de Saúde, tendo ontem começado a vacinação dos cidadãos com 80 e mais anos, estando prevista a possibilidade de vacinação diária de 600 cidadãos, seguindo-se os cidadãos entre os 50 a 79 anos e com doenças que podem ser afetadas pela COVID.

Pela estrutura Municipal da COVID, já passaram 110 doentes do distrito. Foi fundamental para que o Hospital não entrasse em rutura no mês de janeiro, que foi um mês terrível para todos e es especial para o nossos Hospital.

3. Duas informações sobre o Hospital Central do Alentejo, foi informado de que o processo ainda não foi para o Tribunal de Contas, e que finalmente foi possível marcar uma reunião com o Sr. Presidente da ARS para aprofundar as questões das negociações relativamente às infraestruturas, no seguimento da reunião havida com a Sra. Ministra em que atribuiu ao Sr. Presidente da ARS a responsabilidade pela negociação.
4. Apesar da pandemia tem conseguido negociar e dialogar com empresas para expandir ou instalar novos investimentos em Évora. Destacou investimentos de expansão da Tycos, da Mecachrome, e novos investimentos para o Aeródromo Municipal.
5. A informação da rede de águas do Canaviais já foi referida. A intervenção para S. Manços falta apenas um parecer final da IP, porque a conduta atravessa a estrada nacional e o parecer é fundamental. Há um conjunto de outros investimentos que irão ser feitos na rede de água, essencialmente no sentido de procurar melhorar a situação de algumas zonas ou mesmo substituir alguns troços.
6. Lembrou que foram encerrados de forma provisória os Postos da GNR de 3 Freguesias Rurais. Espera que logo que seja possível voltem a reabrir com os militares já refeitos da COVID, pois são essenciais às Freguesias.
7. Apresentaram novas candidaturas para ajudar o Ministério da Educação a resolver o problema do amianto na Escola de Santa Clara e na Escola André de Gouveia. Esperam que o Ministério cumpra com o que se comprometeu como a assinatura de um Protocolo em relação ao financiamento. Aguardam o documento devolvido do Ministério para poderem avançar com as obras e com a candidatura.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** solicitando um ponto da situação sobre Évora 2027 Capital Europeia da Cultura.

Quanto ao ponto de situação da Escola de S. Mamede. Também não consegue perceber o que é Serviços Educativos.

Quais os trabalhos já executados para promoção turística e um ponto da situação.

Palácio D. Manuel, a obra está concluída, pelo que perguntou se o auto de receção provisoria já foi assinado, pois a sua convicção é que não está concluído.

Continuação dos trabalhos do Salão Central, solicitou que fosse explicitado um pouco melhor.

Zonas empresariais e sinalética, foi elaborado um relatório, gostava de o conhecer algumas conclusões do relatório.

Na questão da habitação, gostava de saber quantos lotes há por atribuir considerando que há candidaturas sem resposta há muito tempo. Aguarda ser chamado pelo Sr. Presidente para tratarem do assunto mais tecnicamente como foi proposto pelo Sr. Presidente.

Gostava de saber qual o nosso papel no funcionamento da EVORATECH considerando que é uma estrutura municipal.



A Sra. **Florinda Russo** pediu esclarecimento sobre a obra que está a ser feita em S. Manços, esclarecendo o **Sr. Presidente** que está preparada a obrada de, faltando apenas o parecer final do IP, uma vez que a intervenção prevê o atravessamento da estrada nacional por uma conduta de água, logo que o parecer chegue a obra avançará.

A Sra. Florinda Russo agradeceu, disse ter ficado esclarecida, mas precisava saber se o pagamento da água continuava igual até as obras estarem concluídas.

O Sr. **Frederico Carvalho** em relação à dinâmica da Assembleia Municipal, lembrou que em 2018, falaram muito sobre a melhoria e otimização do que é informação prestada na Assembleia. Falaram inclusivamente da melhoria on-line, e mais uma vez exortava os serviços e a Mesa a que se consiga até final do mandato ter uma apresentação mais funcional do que é o trabalho desenvolvido na Assembleia Municipal, inclusivamente, algo tão simples, como endereço eletrónico para que qualquer munícipe possa contactar individualmente cada um dos eleitos.

Sobre algumas questões em primeiro lugar queria saudar pelo projeto de um dos moinhos do Alto de S. Bento. É uma ótima iniciativa, e como é óbvio, Roma e Pavia não se fizeram num dia, e certamente haverá muitas prioridades no concelho, e na área da cultura, tantos e tantos monumentos nacionais que hoje temos, não teriam sido construídos em função de outras prioridades que de certeza houve no seu tempo.

Saudou, porque também é uma mais valia do ponto de vista público popular, etnográfico e pedagógico para as crianças e jovens do nosso concelho.

A seguir, saudou o novo serviço de águas on-line, ainda não acedeu, mas parece-lhe uma ótima iniciativa.

Referiu também que tinham previsto apresentar duas moções de recomendação, não o fizeram, respeitando todos os partidos que apresentaram hoje moções, mas como era uma Assembleia de ensaio de videoconferência, não o fizeram com receio que se demorasse demasiado. Uma das recomendações ao Executivo era para o incremento da oferta digital dos serviços municipais. Já era importante, assim exorto-o Sr. Presidente, para que nada fique como estava no passado, e que esta Câmara tenha, doravante uma oferta de serviços on-line com vista a mitigar muitas das demoras e dificuldades de acesso à boa prestação de serviços.

Sobre a questão da água, sobre a questão da faturação muitas vezes, os munícipes recebem notas de crédito. É maçador, pelo que seria mais fácil fazer a amortização (encontro de contas na fatura seguinte).

Sobre o Plano de Recuperação e Resiliência depois de ouvir com atenção a bancada da CDU, concorda em muita com o que foi dito, está muito séptico quanto à sua proficuidade. Gostari de saber o que estava o Sr. Presidente disponível para fazer porque o CDS tem ideias que gostaria de discutir e levar inclusivamente a bancada a parlamentar em sede de Assembleia da República. Mas estão disponíveis com o Sr. Presidente e o seu Executivo, com todos os Partidos representados na Assembleia Municipal a ter uma posição de conjunto, de força, seria um enriquecimento da democracia e a forçada postura porque consideram o Plano de Recuperação e Resiliência fica muito aquém para uma cidade do Alentejo e concretamente o nosso concelho.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que na próxima semana será enviado a cada um dos deputados municipais um novo link para experimentar as novas funcionalidades, fazendo posteriormente uma reunião do grupo de trabalho informal no sentido de recolher sensibilidades ao que está feito e ao que se pretende fazer para encaminhar para os serviços informáticos.



O Sr. **José Maria Figueira** interveio para relevar o trabalho que o Município de Évora tem feito em prol das questões relacionadas com a mobilidade e com o turismo acessível, nomeadamente as obras que andam a decorrer de nivelamento de passeios, passadeiras e tudo que tem impacto, não só no turista mas também nos cidadãos, em particular nos mais idosos.

Aproveitou para saudar o Sr. Presidente, não só como Presidente do Executivo Municipal, mas também como Presidente da CIMAC, pelo acordo que acaba de ser firmado entre a CIMAC e a CP no âmbito do apoio à redução do tarifário dos transportes públicos, em que os autarcas e em particular os autarcas da CDU, ao longo deste tempo tiveram um papel relevante, no sentido de alcançar o acordo que vai trazer benefícios para as populações que diariamente se deslocam para Lisboa no intercidades, nomeadamente concelho de Évora e Vendas Novas que são os concelhos que mais pessoas se deslocam neste transporte.

Foi com esforço, dedicação e empenhamento por parte dos autarcas do Alentejo, que estão na CIMAC que ao longo do tempo se foi questionando o governo sobre os moldes do programa.

A redução no bilhete pode chegar aos 40% no passe mensal, podendo essa redução no que respeita aos jovens, atingir 55%. O objetivo alcançado pode ter a possibilidade efetiva dentro de dois meses na sequência da assinatura do Contrato devendo ser considerado de enorme significado e importância, pelo alcance económico e financeiro para as famílias num momento tão particular como o que se está a viver em face da pandemia da COVID-19, mas também pela melhoria da mobilidade das populações que têm tido um consenso nos autarcas do concelho de Évora e que se espera venha a ser aprovado e apoiado pelo governo e pelo Ministro das Infraestruturas.

Nesta Assembleia Municipal, os eleitos da CDU saúdam o esforço desenvolvido pelos autarcas da CIMAC na pessoa do Sr. Presidente da Câmara que exerce atualmente a Presidência da CIMAC

O Sr. **Nuno Alas** interveio para saudar também o esforço desenvolvido pelos autarcas e CIMAC pelo acordo conseguido na redução do bilhete no Intercidades, ainda que não esteja em curso. Muitas pessoas fazem este percurso diariamente, e é uma redução razoável de encargo no final do mês. Os autarcas do PSD também estiveram nesta luta, quer da CIMAC, quer dos órgãos municipais entretanto o reconhecimento é um direito, tal como as pessoas em Lisboa também têm se andarem em transportes públicos.

Em segundo lugar, referiu o que se passou na Rua Cinco de Outubro, foram passados vídeos nas redes sociais, da dificuldade que uma ambulância do INEM teve em prestar auxílio. Os pilaretes estão enferrujados, tal como a própria gestão da chave é difícil de manusear, e nem que viesse um administrador se o houvesse na Rua, seria capaz. Seguindo esta lógica, o estacionamento no Centro Histórico ninguém conseguirá acionar o fisco. Sem haver estacionamento adjacente ao CH, haverá condições de acesso para que as pessoas estacionem em segurança, perguntou.

Será que faz sentido estas lógicas de proibição porque quando há situações de emergência podem condicionar o acesso.

Pensa que faria mais sentido os serviços da PSP e da Câmara serem duros a autuar e deixarem as ruas mais desbloqueadas.

Enquanto eleitos devem preocupar-se com estas situações.

O Sr. **Jerónimo José** interveio para se referir ao acordo alcançado pela CIMAC, mas o governo também concretizou mais uma vez o que tinha prometido. Estão todos de Parabéns. Há que valorizar o papel dos Autarcas, pela sua persistência, mas também o governo por ter concretizado uma medida que vem ao encontro das famílias e da coesão territorial.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Perguntou ao Sr. Presidente que lhe disseram estar a ser construída uma central elétrica na estrada da Chainha, que está a ficar completamente degradada. Solicitou que a fiscalização visse o que se passa, pois a estrada foi remodelada há pouco tempo.

A Sra. **Ângela Caeiro**, perguntou como correu o ensino à distância no 2.º período já que os computadores foram entregues.

O que está a Câmara a fazer em relação à economia das pequenas empresas. Em reunião de Câmara o PSD apresentou recentemente, dez medidas para apoiar a economia local. É muito complicado mas é necessário ajudar os empresários eborenses.

Perante as interpelações formuladas e o escasso tempo de que dispunha, o Sr. **Presidente da Câmara** sintetizou as explicações desta forma:

- Relativamente à Capital Europeia da Cultura, está a andar, o enquadramento está feito nos instrumentos de desenvolvimento do território, 2030 Alentejo, Alentejo Central, dará informação mais detalhada como se comprometeu a fazer;
- A obra da Escola de S. Mamede registou-se mais um problema de arqueologia, mas que já está ultrapassado, como acordo da DRCA Alentejo, teve que ser feita uma adaptação ao projeto e a obra estando em condições de continuar;
- O Plano de Promoção Turística tem várias vertentes;
- O Palácio D. Manuel a obra está concluída, que não está ainda concluído é o Centro Interpretativo da Cidade de Évora ;
- Salão Central, as obras estão a decorrer a bom ritmo podendo antecipar o prazo de conclusão;
- O mesmo acontece com a intervenção no Teatro Garcia de Resende ;
- A sinalética das zonas empresariais e outra, está a ser preparada com base na nova imagem que tem estado a ser trabalhada ao nível do município;
- O papel da Câmara na EVORATECH no protocolo assinado, procura-se colaborar com ADRAL ;
- Pagamento de água todos os municípios de S. Manços que não tenham águas em condições não pagam água os que tenham algumas vez têm uma redução e os que não têm qualquer problema pagam água normalmente;
- Programa Recuperação e Resiliência concorda com o que foi dito, mas ainda diria mais, Que a CIMAC entregou hoje uma posição chamando a atenção para os problemas de Évora, em particular um grande projeto, que está a ser trabalhado em conjunto com o Hospital, Universidade e com a CCDR. A seu tempo dará conhecimento.
- Relativamente ao acordo para redução do custo dos passes ferroviários, finalmente conseguiu-se, é positivo e abrange toda a CIMAC, não apenas uma parte. Receberam hoje mesmo a proposta de acordo;
- Rua 5 de Outubro, não se passou nada daquilo, a Câmara já fez desmentidos, o que passa nas redes sociais é mentira. Se se poder melhor o serviço será melhorado;
- Desconhece o que se passa na estrada das Salvadas, desconhece a obra, vai saber o que se passa;
- Os computadores foram distribuídos e o 2.º período decorreu dentro da normalidade possível;
- As sugestões do PSD são sempre ouvidas e quando possível aceites.

Tomado conhecimento.



SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Não se verificou nenhuma intervenção

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **1, 2 e 3** desta Ordem do Dia, nos termos do n.º3 do art.º 57-º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas vinte quatro horas e cinquenta minutos do dia seguinte, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

(Ata aprovada por unanimidade, na sessão de 30/09/2021, não tendo participado na deliberação 3 dos 33 membros presentes na sessão, por terem estado ausentes na respetiva sessão)

Não dispensa a consulta do documento original